

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME I - 1979

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME I - 1979

APRESENTAÇÃO

Esta publicação da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República contém:

1. *Os pronunciamentos do Presidente João Figueiredo quando da visita oficial que realizou à Venezuela e das visitas que recebeu em Brasília, do Chanceler da República Federal da Alemanha Helmut Schmidt, do Chefe do Governo Espanhol Adolfo Suárez, do Presidente de Zâmbia Kenneth Kaunda, do Presidente da República do Peru Francisco Morales-Bermúdez.*

2. *Os pronunciamentos, nas mesmas ocasiões, do Presidente da Venezuela Luis Herrera Campíns e de outras personalidades venezuelanas, bem como das personalidades visitantes acima referidas.*

3. *Os Comunicados ou Declarações Conjuntas assinadas nestes eventos.*

O presente volume enfeixa os pronunciamentos ocorridos em 1979 e é o primeiro de uma série onde ficará, anualmente registrado, por este meio, o pensamento do Presidente brasileiro e dos estadistas com quem, no mesmo nível, o Brasil se relacionou neste período.

Brasília, maio de 1983

ÍNDICE GERAL

1.	Visita do Chanceler da República Federal da Alemanha, Senhor Helmut Schmidt.	
03 DE ABRIL	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO CHANCELER DA RE- PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT/BRASÍ- LIA-DF	9
03 DE ABRIL	DISCURSO DO CHANCELER DA REPÚ- BLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SE- NHOR HELMUT SCHMIDT, POR OCA- SIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFE- RECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	17
04 DE ABRIL	DISCURSO POR OCASIÃO DA REUNIÃO FINAL COM O CHANCELER DA REPÚ- BLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SE- NHOR HELMUT SCHMIDT/BRASÍLIA- DF	25
04 DE ABRIL	DISCURSO DO CHANCELER DA REPÚ- BLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SE- NHOR HELMUT SCHMIDT, POR OCA- SIÃO DA REUNIÃO FINAL COM O PRE- SIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍ- LIA-DF	31
04 DE ABRIL	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO CHANCELER DA	

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT/BRASÍLIA-DF	29
— Comunicado Conjunto Brasil-República Federal da Alemanha.	
2. Visita do Presidente do Governo Espanhol, Senhor Adolfo Suárez.	
06 DE AGOSTO DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO CHEFE DO GOVERNO ESPANHOL, SENHOR ADOLFO SUÁREZ/BRASÍLIA-DF	41
06 DE AGOSTO DISCURSO DO CHEFE DO GOVERNO ESPANHOL, SENHOR ADOLFO SUÁREZ, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF ..	47
07 DE AGOSTO DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL, SENHOR ADOLFO SUÁREZ/BRASÍLIA-DF	55
— Comunicado Conjunto Brasil-Espanha.	
3. Visita do Presidente da República de Zâmbia, Senhor Kenneth Kaunda.	
28 DE AGOSTO DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ZÂMBIA, SENHOR KENNETH KAUNDA/BRASÍLIA-DF	67
28 DE AGOSTO DISCURSO DO PRESIDENTE DE ZÂMBIA, SENHOR KENNETH KAUNDA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF.....	71

— Comunicado Conjunto Brasil-Zâmbia.

4. Visita do Presidente do Peru,
Senhor Francisco Morales-Bermúdez.

15 DE OUTUBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERÚ, SENHOR FRANCISCO MORALES-BERMÚDEZ/BRASÍLIA-DF.....	81
15 DE OUTUBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERÚ, SENHOR FRANCISCO MORALES-BERMÚDEZ, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	87
16 DE OUTUBRO	DISCURSO NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA E DO TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E O PERU/BRASÍLIA-DF	95
— Declaração Conjunta Brasil-Peru.		
5.	Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à Venezuela.	
06 DE NOVEMBRO	DISCURSO AO DESEMBARCAR NA VENEZUELA/CARACAS-VENEZUELA	119
06 DE NOVEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPIÑS, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/CARACAS-VENEZUELA....	121
06 DE NOVEMBRO	DISCURSO AO SER CONDECORADO COM O COLAR DA ORDEM DO LIBERTADOR/CARACAS-VENEZUELA ..	133

07 DE NOVEMBRO	DISCURSO DA PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CARACAS, SENHORA ADELA ABBO DE CALVANI, POR OCASIÃO DA ENTREGA DAS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/CARACAS-VENEZUELA	141
07 DE NOVEMBRO	DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE DE CARACAS/CARACAS-VENEZUELA	147
07 DE NOVEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO VENEZUELANO DA INDÚSTRIA, SENHOR ROBERTO SALAS CAPRILES, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL VENEZUELANA AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/CARACAS-VENEZUELA	151
07 DE NOVEMBRO	DISCURSO DURANTE O ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL VENEZUELANA/CARACAS-VENEZUELA	159
07 DE NOVEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS/CARACAS-VENEZUELA	165

1. Visita ao Brasil do Chanceler da República Federal da Alemanha, Senhor Helmut Schmidt

3 e 4 de abril de 1979

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo**
- Discursos do Chanceler Helmut Schmidt**
- Declaração Conjunta**

03 DE ABRIL
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO CHANCELER DA RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
SENHOR HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler
da República Federal da Alemanha,
Helmut Schmidt:

É com especial satisfação que saúdo a presença de Vossas Excelências e de sua ilustre comitiva em nosso País.

Esta visita, que se realiza logo nos primeiros dias do meu Governo, é testemunho vivo dos laços de amizade que unem o Brasil e a República Federal da Alemanha. É, também, claro indício da perseverança e da fortitude de brasileiros e alemães, no esforço profícuo de cooperação, que distingue as relações entre nossos países.

Para estreitá-las ainda mais, o meu antecessor, Presidente Ernesto Geisel, teve a grata oportunidade de visitar a República Federal, no ano passado.

Agora, é a nossa vez — minha e de meus concidadãos — de retribuir, nas pessoas de Vossas Excelências, a amistosa acolhida e os gestos de cordialidade e deferência então tributados ao Brasil e ao seu Presidente.

Senhor Chanceler Federal,

A República Federal da Alemanha está presente onde quer que se coloquem temas de interesse para o futuro da Humanidade. As responsabilidades alemãs ocupam o primeiro plano, tanto nas complexas questões de relacionamento Leste-Oeste, quanto no longo diálogo — nem sempre produtivo — entre as nações industrializadas do Hemisfério Norte e as vastas áreas em desenvolvimento do Terceiro Mundo.

De Vossa Excelência, sei que é mundialmente conhecido e respeitado, como estadista de talento. No breve contato que hoje mantivemos, pude apreciar o rigor intelectual, o desassombro e a lucidez política, que marcam sua personalidade.

Não é favor dizer, portanto, que a inspiração e a capacidade do seu Governo constituem precioso fator de confiança, no conturbado panorama internacional da atualidade. É nessas circunstâncias que Vossa Excelência tem feito ouvir a voz moderada e realista de seu país — invariavelmente em favor da paz, da segurança e do bem-estar dos povos.

Vivemos uma época em que novos e dinâmicos equilíbrios se estabelecem entre as nações. O Mundo está em mudança. Nele não mais prosperam esquemas discriminatórios, ou que visem ao retorno de relacionamentos ultrapassados.

Por felicidade, nossos países têm sabido harmonizar seus interesses, em moldes altamente satisfatórios. A cada dia, o diálogo entre Brasília e Bonn ganha mais substância, porque lastreado pelos valores fundamentais da igualdade soberana dos Estados, e da não-ingerência nos assuntos internos de cada um. Nossas relações revestem-se de significado cada vez maior, porquanto voltadas

para o respeito mútuo e a convivência harmoniosa. Para a cooperação em prol do desenvolvimento pacífico de ambas as nações.

Vimos alcançando êxitos importantes na intensificação de nossas relações políticas. Em poucos anos, superamos o distanciamento recíproco. Iniciamos a operação de um sistema de consultas em alto nível, que muito tem contribuído para a nossa aproximação e esclarecimento. É minha opinião que devemos prosseguir na trilha de entendimento aberta por esses contratos e buscar sempre novas formas de intercâmbio de idéias entre nossos Governos.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal, já nos conhece desde a visita feita ao Brasil, antes de assumir a chefia do Governo da Alemanha Federal. Pode, portanto, bem avaliar o caminho percorrido pela nação brasileira na procura do seu desenvolvimento.

Embora sejamos parte de um mundo interdependente, estamos conscientes de que a responsabilidade primordial pelo progresso nacional incumbe ao próprio povo brasileiro. Em consequência, o Brasil está profundamente empenhado em levar adiante sua luta pelo desenvolvimento. Já conseguimos vencer alguns obstáculos importantes. Contamos, na verdade, com apreciável acervo de realizações, alcançadas à custa de trabalho e sacrifício.

Assim, para vencer os obstáculos externos ao desenvolvimento, que persistem em sobreviver — buscamos a cooperação construtiva dos países mais desenvolvidos. Nesse particular — assinalo-o com justiça — encontramos na República Federal da Alemanha a correspondência amistosa às nossas preocupações e anseios.

Acredito, portanto, que Vossa Excelência saberá apreciar a determinação nacional de incorporar à socie-

dade brasileira todos os benefícios da civilização contemporânea. Da mesma forma, poderá reconhecer os profundos compromissos deste País: com o desenvolvimento econômico; com a justiça social; e com as liberdades cívicas, dentro da ordem democrática.

Senhor Chanceler Federal,

No árduo esforço que a Nação brasileira empreende, a cooperação econômica, científica e tecnológica entre nossos dois países é de especial importância.

O intercâmbio comercial teuto-brasileiro, que em 1971 somava 700 milhões de dólares, alcançou no ano passado a significativa marca de dois bilhões de dólares.

Tal crescimento é sobremodo satisfatório, pela dinâmica e pelo volume das transações. Nos próximos anos, novos e mais altos patamares poderão ser ainda alcançados. E isso acontecerá, com certeza, na medida da nossa capacidade de mobilizar as agências de nossos governos e os setores privados, interessados no intercâmbio entre o Brasil e a República Federal.

A adaptação do comércio bilateral às realidades econômicas dos dois países justifica um renovado esforço conjunto, para aperfeiçoar a estrutura de nossas trocas de mercadorias e serviços. No pauta das exportações brasileiras, ainda predominam, de longe, os produtos primários. Entretanto, os objetivos comerciais do Brasil não se restringem à sustentação e ao incremento dessas vendas.

O parque industrial brasileiro, como bem sabe Vossa Excelência, continua a desenvolver-se e a diversificar-se. Os próprios investimentos alemães têm sido de extrema valia na ampliação da capacidade produtiva brasileira. Além de atender ao mercado interno, a indústria

contribui, de forma cada vez mais intensa, para dinamizar nossas exportações.

Só assim o progresso brasileiro manterá seu ritmo. Só assim poderá o Brasil pagar importações condizentes com as necessidades de seu desenvolvimento e as aspirações de bem-estar de seu povo.

Nesse contexto, estamos certos de continuar contando com o valioso apoio do governo de Vossa Excelência, na luta comum para fazer recuar as tendências protecionistas, na Comunidade Econômica Européia, e nos demais países industrializados.

A respeito dessa matéria, a posição de Vossa Excelência é bastante conhecida e respeitada. Relembro, em especial, o recente apelo que fez em Frankfurt; concitando os países industrializados a renovar sua oposição às manifestações crescentes de protecionismo. Vossa Excelência afirmou, então, ser preciso resistir à tentação de usar o protecionismo para eternizar as atuais estruturas do comércio internacional.

Efetivamente, as práticas protecionistas são um mal para todos. Restringem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Subtraem indispensáveis receitas de exportação aos países em desenvolvimento. Reduzem sua capacidade de importar e de comprometer-se com serviços externos.

No mercado interno dos países desenvolvidos, aquelas práticas ajudam a agravar a pressão inflacionária, sem dúvida um dos principais problemas de nossos dias.

No campo da cooperação bilateral, o Brasil e a República Federal da Alemanha conjugaram seus esforços de modo verdadeiramente exemplar.

O Acordo de Cooperação no campo dos usos pacíficos da Energia Nuclear, existente entre nós desde

1975, espelha a grandeza de nossas relações. Demonstra, também, a viabilidade da cooperação horizontal e eqüitativa entre países em diferentes estágios de desenvolvimento.

O Governo brasileiro está decidido a assegurar normalmente a implementação do nosso Acordo. Reafirmo nossa posição de cumprir as obrigações nele previstas e de garantir o acesso do País às tecnologias do ciclo completo de combustível nuclear, mediante a aplicação das salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Geral sobre Cooperação em setores de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico compõem, ainda, o quadro de nossa profícua colaboração. Além disso, facilitam a ambos os Governos a adoção de novas e diversificadas iniciativas, em muitos campos de atividade. É meu firme propósito que, do lado brasileiro, sejam criada condições para prosseguir na expansão e na diversificação sistemáticas de nossos amplos programas de cooperação.

Senhor Chanceler Federal,

A tradicional amizade que une os nossos povos; a mútua confiança que caracteriza nossa cooperação; a substancial convergência de muitas de nossas posições; o próprio caminho que já percorremos juntos — tudo isso basta para encararmos com otimismo o futuro de nossas relações. Eventuais dificuldades em relações de tal envergadura jamais arrefecerão a vontade de nossos povos e Governos de ampliá-las e diversificá-las, com ânimo fraterno e maduro.

Com esses votos, peço a todos os presentes que levantem as suas taças e brindem à saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Chanceler Federal Helmut

Schmidt, e de sua estimada e distinta esposa, Senhora Hannelore Schmidt; à crescente prosperidade da República Federal da Alemanha e à duradoura amizade e cooperação teuto-brasileira.

03 DE ABRIL
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHIMIDT, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo,

Excelentíssima Senhora Figueiredo,
Excelências,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

Também em nome da minha mulher, das Senhoras e Senhores da minha comitiva, desejo agradecer sinceramente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as palavras de saudação extremamente amáveis a nós dirigidas. Bem sabemos apreciar a calorosa acolhida e a hospitalidade que Vossa Excelência nos oferece, tão pouco tempo após a sua investidura no cargo.

Esta é minha primeira visita oficial à América Latina. Com surpresa verifiquei ser eu também o primeiro Chefe de Governo alemão que, no decorrer da longa e tradicional história das relações entre a Alemanha e a

América Latina, vem visitá-la. Isso talvez seja uma coincidência histórica ou uma manifestação do conceito de que Chefes de Governo devam governar em casa, deixando viagens longas a cargo dos seus Ministros do Exterior.

Mas, certamente, não é por acaso que minha viagem à América Latina me conduz primeiro ao seu País ao qual, em função de sua grandeza, do número de seus habitantes e do seu rápido desenvolvimento, cabe uma grande responsabilidade na América Latina e no Mundo, e ao qual nos liga um entendimento baseado em amizade.

Senhor Presidente, há um ano atrás, por ocasião da visita à República Federal da Alemanha do seu predecessor, o Senhor Presidente Ernesto Geisel, na Declaração Conjunta, de 10 de março de 1978, manifestamos o nosso propósito de aperfeiçoar e aprofundar a compreensão e cooperação, bem como de intensificar a troca de pontos-de-vista. Desde então, temos registrado grande progresso nesse caminho.

Os Ministros do Exterior acordaram, numa troca de cartas, a realização de consultas periódicas. Os pormenores da nossa cooperação foram discutidos em reuniões regulares da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica e da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Ciência e Tecnologia. Um fluxo de visitantes graduados em ambas as direções tem assegurado uma troca de experiência em quase todos os campos da política, da economia e da cultura.

A cooperação teuto-brasileira é estreita e sólida. Empresas industriais alemãs prestam uma importante

contribuição aos impressionantes esforços empreendidos pelo Brasil para transformar-se num país industrializado moderno. O nosso intercâmbio comercial cresce de ano para ano, tornando-se sempre mais diversificado. A época em que um parceiro fornecia apenas matérias-primas e o outro apenas produtos manufaturados há muito tempo pertence ao passado.

Também por outra razão nós alemães estamos ligados aos brasileiros por elos de amizade: até dependemos um pouco dos Senhores em nossa vida cotidiana: tomamos seu café que nos estimula, fumamos seu tabaco que nos proporciona satisfação e, finalmente, às vezes, assistimos ao jogo de futebol de um time brasileiro e isso nos vem causando certa inveja, pois ultimamente importamos mais gols do que exportamos. Só posso felicitá-los pelo seu futebol da melhor categoria internacional. Relembro com certa saudade os tempos em que Pelé e seu colega alemão Beckenbauer demonstraram juntos no Cosmos em Nova Iorque como se joga futebol.

Cientistas e técnicos alemães trazem sua experiência e seus conhecimentos para a construção do seu País, seja no campo da geologia ou da economia florestal, seja no combate às doenças tropicais ou na pesquisa de fontes alternativas de energia.

A nossa estreita cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear é caracterizada por um senso de responsabilidade, por realismo e equilíbrio.

O ativo intercâmbio cultural e científico contribui para melhorar o conhecimento recíproco e o entendimento entre os nossos povos. Professores universitários alemães ministram cursos e realizam estudos no Brasil,

professores brasileiros, na Alemanha, estudantes alemães procuram satisfazer sua curiosidade no seu País, enquanto que estudantes brasileiros procuram estímulos no nosso.

Generoso, o seu País abriu as portas a muitos compatriotas meus, proporcionando-lhes uma nova existência, quando a fome, o desemprego e, nas trevas da ditadura de Hitler, a perseguição política obrigaram esses homens a deixar a sua pátria alemã.

Em resumo, Senhor Presidente, podemos estar satisfeitos com o estado das nossas relações. A dinâmica intrínseca e as profundas raízes históricas dessas relações permitem-nos considerar justificadas as nossas esperanças quanto à contínua intensificação e ao vigoroso dobramento dessas relações também no futuro.

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores,

Não seria porém suficiente julgarmos as nossas relações apenas sob um ângulo bilateral. Devemos manter viva a consciência do elevado grau em que continuamos a depender da estabilidade e da evolução pacífica também de todos os outros países.

Cooperação Internacional para um justo equilíbrio de interesses

A interdependência econômica no plano mundial e o desnível Norte-Sul requerem de nós uma cooperação e uma política orientada para um justo equilíbrio de interesses também no âmbito internacional. Nem os fornecedores de produtos industriais nem os fornecedores de matérias-primas ou de petróleo têm o direito de exercer domínio ou tutela sobre os outros. Como a República

Federal da Alemanha também o Brasil tem sentido nesses dias o quanto dependemos dos grandes produtores e fornecedores de energia, o quanto nós temos de confiar em que os países da OPEP — embora sejam justificados os esforços de assegurarem seus interesses nacionais — não percam de vista o que pode ser exigido à economia mundial e, notadamente, aos países em desenvolvimento em termos de restrições ao consumo de energia ou à solvência com relação a outras importações.

Assim como nos esforçamos para desenvolver novas fontes alternativas de energia como, por exemplo, energia solar e eólica e, juntamente com outros países industrializados, implementar uma política energética adequada, assim também estamos dispostos a promover uma cooperação internacional com relação a outras matérias-primas e produtos básicos. Trata-se, em primeiro lugar, de manter e aprimorar uma economia internacional aberta ao comércio e aos investimentos e capaz de funcionar. Atingir esse objetivo é possível apenas, se todos nós nos compreendermos como parceiros igualitários e procurarmos, num diálogo franco, compromissos que garantam uma ordem econômica livre, flexível e eficaz, uma ordem econômica que permita também aos países em desenvolvimento alcançar o progresso que lhes cabe.

Senhor Presidente,

Todos os esforços envidados por nossos, sim, por todos os governos que dão valor à justiça social e às condições de vida dignas do homem, poderão ser inúteis, se não conseguirmos manter a paz, que é o fundamento da existência de todos nós. Com preocupação, acompanhamos os conflitos no Oriente

Próximo e no Extremo Oriente, bem como os desenvolvimentos bélicos da África. A ameaça não está eliminada. Meu povo vive numa Europa dividida, num país dividido; por Berlim, a antiga capital da Alemanha, passa a linha de separação entre o Leste e o Oeste.

Indispensável para a segurança da República Federal da Alemanha é a nossa integração na Aliança do Atlântico Norte, cujo fundamento — excetuando os nossos parceiros na Aliança — é a sólida amizade com os Estados Unidos e Canadá. Este destino, ou seja, vivermos na junção entre o Leste e o Oeste na Europa, é uma grande diferença entre o meu País e o seu.

Terminando, gostaria de mencionar ainda uma outra diferença característica, mas uma que nos inspira otimismo. Um olhar a essa façanha sem igual que é a sua capital Brasília, onde aterrisssei apenas poucas horas atrás, mostra o que tenho em mente. A silhueta elegante, bem proporcionada desta obra sem par evidencia: o Brasil é jovem, o Brasil é audaz, o Brasil constrói para o futuro. Somente um povo tão jovem, constituído em sua maioria por jovens com menos de 18 anos, tem a audácia de construir uma capital milionária, em pouco mais de uma década, na imensidão do cerrado.

Apenas uma nação — permitam-me dizer isso com certa inveja como cidadão de uma nação dividida — uma nação que soube preservar a unidade de seu Estado do tamanho de um subcontinente está também em condições de concentrar as suas forças centrifugais no campo cultural, social, étnico e econômico nesse monumento à identidade comum.

Como hamburguês, a quem repugna a ostentação, e como homem que já sentiu o impulso de se tornar urbanista e arquiteto, o que mais me comove é a harmonia que irradia deste magnífico edifício do Itamaraty e do Palácio da Alvorada: dignidade do poder público em serena harmonia!

Para a evolução deste país contribuem homens cujos antepassados provêm de quatro continentes. Isso determina a dinâmica do Brasil e possibilita um papel especial na política internacional.

Este país, no aperfeiçoamento de sua cultura multissecular, é rico em tradições e muito jovem no seu impeto indomável para o futuro, particularmente graças a sua composição étnica. Como acontece na sua maravilhosa e multifacetada música popular, essa mistura produz continuamente o novo, o qual por sua vez influencia o resto do Mundo.

Esse povo jovem, corajoso e alegre merece um futuro feliz.

Neste sentido peço que comigo ergam as suas taças para brindar à saúde do Presidente da República Federativa do Brasil e da Excelentíssima Senhora Figueiredo e à amizade entre os nossos povos.

04 DE ABRIL
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DA REU-
NIÃO FINAL COM O CHANCELER DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler
da República Federal da Alemanha,
Helmut Schmidt:

No breve espaço de um dia, tive o prazer de encontrar-me duas vezes com Vossa Excelência, para proveitosas reuniões de trabalho.

Ao mesmo tempo, ilustres membros de sua comitiva discutiram com representantes do meu Governo temas bilaterais e multilaterais, de interesse comum.

Agora que as discussões oficiais se encerram, no clima do mais perfeito entendimento, Vossa Excelência traz até aqui não só os altos funcionários do seu governo, que o acompanharam, mas, também, os homens de ciência e da cultura, e os líderes empresariais e sindicais, que convidou para virem ao Brasil.

Excelentíssimos Senhores,

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los aqui. Sei que Vossas Excelências representam alguns dos

setores que fazem a República Federal tão respeitada em todo o Mundo.

A capacidade científica e tecnológica, o espírito empreendedor, gerencial e de trabalho de sua população estão bem simbolizados em Vossa Excelência.

Sua presença entre nós testemunha a variedade e a importância das relações que unem nossos povos.

Indica, também, os amplos campos abertos à cooperação entre nossos dois países.

A todos quero reafirmar a certeza de que o Brasil e a República Federal da Alemanha, depois desta visita e destes encontros, continuarão, por muitos anos, a trilhar o caminho, que é o nosso, das relações internacionais baseadas nas discussões de boa-fé, da cooperação profícua e, em geral, da boa-vontade recíproca. Isso encontra fundamento nos laços culturais e econômicos, que brasileiros e alemães souberam criar e fortalecer.

Agora, Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal e seus companheiros, se preparam para conhecer outras cidades, situadas em diferentes regiões brasileiras.

Elas bem exprimem, em sua diversidade, a alma do povo brasileiro e as aspirações que unem esta Nação.

Vossas Excelências terão ocasião de encontrar-se com meus concidadãos que trabalham nas fábricas e nos campos.

Espero que esses contatos contribuam para que conheçam as realidades deste País.

Sei que de todos receberão a mesma acolhida sincera, franca, leal e amiga, que é tão característica da gente brasileira.

Essa lembrança que espero levem de volta à República Federal.

Por fim, na reafirmação da amizade brasileira,
desejo-lhes uma feliz estada entre seus fraternos amigos
brasileiros.

Muito obrigado.



04 DE ABRIL
EMBAIXADA DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO CHANCELER DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler
da República Federal da Alemanha,
Helmut Schmidt:

Muito me sensibilizam os votos que Vossa Excelê-
cia acaba de formular. Eles bem expressam a amizade
teuto-brasileira e o espírito que preside à visita de Vos-
sa Excelência e da Senhora Schmidt ao Brasil.

Nestes dois dias de conversa, pudemos iniciar um
conhecimento pessoal, que rapidamente se transformou
em entendimento e compreensão mútua. Fico reconheci-
do a Vossa Excelência, pela sua disposição de atender
ao meu convite, e de vir ao nosso País, logo no início de
meu Governo. Criou-se, assim, uma oportunidade para
que possamos, desde já, intensificar a cooperação entre
nossos dois países.

As nações brasileira e alemã têm-se conhecido e es-
timado, inclusive pela importante contribuição germâni-
ca à formação do povo deste País. Agora, temos diante
de nós novos e promissores horizontes. Seu desbrava-

04 DE ABRIL
EMBAIXADA DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO CHANCELER DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Chanceler
da República Federal da Alemanha,
Helmut Schmidt:

Muito me sensibilizam os votos que Vossa Excelê-
cia acaba de formular. Eles bem expressam a amizade
teuto-brasileira e o espírito que preside à visita de Vos-
sa Excelência e da Senhora Schmidt ao Brasil.

Nestes dois dias de conversa, pudemos iniciar um
conhecimento pessoal, que rapidamente se transformou
em entendimento e compreensão mútua. Fico reconheci-
do a Vossa Excelência, pela sua disposição de atender
ao meu convite, e de vir ao nosso País, logo no início de
meu Governo. Criou-se, assim, uma oportunidade para
que possamos, desde já, intensificar a cooperação entre
nossos dois países.

As nações brasileira e alemã têm-se conhecido e es-
timado, inclusive pela importante contribuição germâni-
ca à formação do povo deste País. Agora, temos diante
de nós novos e promissores horizontes. Seu desbrava-

mento depende apenas de coragem, de confiança reciproca e da vontade de trabalharmos em comum.

Nesse espírito, permita-me convidar os presentes a que ergam suas taças em homenagem à amizade perene entre nossos países, ao progresso da Alemanha Federal, e à felicidade e ao êxito pessoais de Vossa Excelênciia e da Senhora Hannelore Schmidt.

04 DE ABRIL
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT, POR OCASIÃO DA REUNIÃO FINAL COM O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo:

Todos nós estamos muitíssimo satisfeitos com o estágio da cooperação dos nossos dois países e é com grande confiança que encaramos o futuro desenvolvimento das nossas relações. Quanto ao estágio de nossas relações, desejo chamá-lo de excelente. Nos setores que tem o nosso especial interesse e a nossa especial simpatia, por um lado, o desenvolvimento econômico do seu país que também, no futuro, vamos encarar de forma positiva e, por outro lado, a normalização política que Vossa Excelência se propôs, a si próprio e esta, particularmente, acompanhamos com especial simpatia. Em nome dos meus colegas desejo agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a seus Ministros, pela hospitalidade e pela franqueza que caracterizou as nossas conversações. Tudo correspondeu plenamente às nossas ex-

pectativas. Permita que eu lhe dirija, por fim, convite para visitar o meu País, como Presidente, naturalmente ainda durante o seu mandato.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

**COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, DIVULGADO PELO PALÁCIO
ITAMARATY DE BRASÍLIA, EM 04 DE
ABRIL DE 1979, AO FINAL DA VISITA
DO CHANCELER FEDERAL HELMUT
SCHMIDT.**

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo e Senhora, o Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt e Senhora, visitaram o Brasil, em caráter oficial, no período de 3 a 7 de abril de 1979. Além de Brasília, o Chanceler Federal visitará também os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde será recebido pelos Governadores Paulo Maluf, Chagas Freitas, Antonio Carlos Magalhães e Marco Antonio Maciel.

2. O Chanceler Federal, além de sua esposa, veio acompanhado de sua filha, Doutora Susane Schmidt, do Doutor Klaus Bolling, Chefe do Departamento de Imprensa e Informações do Governo Federal, e do Doutor Peter Hermes, Secretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores. A Delegação alemã está ainda inte-

grada por representantes categorizados dos setores econômicos e sindical, científico e cultural.

3. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt mantiveram conversações sobre questões atuais no âmbito das relações internacionais, bem como sobre o andamento e as perspectivas de cooperação bilateral. Das conversações participaram, do lado brasileiro, o Ministro de Estado Saraiva Guerreiro, os Embaixadores Baena Soares e Carvalho e Silva, e do lado alemão, os Secretários de Estado Hermes e Bolling e o Embaixador Kastl. O Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, recebeu o Secretário de Estado Doutor Peter Hermes. Os representantes alemães de economia foram recebidos pelos Ministros Karlos Rischbieter, da Fazenda, e João Camilo Penna, da Indústria e do Comércio. Os Ministros da Justiça, Senador Petrônio Portella, e da Comunicação Social, Said Fahrat, receberam o Doutor Klaus Bolling e um grupo de jornalistas. O Ministro da Educação e Cultura, Doutor Eduardo Portella, recebeu representantes do setor cultural e científico; os Ministros do Trabalho, Múrillo Macedo, e da Previdência Social, Doutor Jair Soares, receberam representantes sindicais.

4. Durante a visita, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro e o Doutor Peter Hermes assinaram o Acordo de Transporte Marítimo e seu Protocolo Complementar. Concluiram-se também, dois Protocolos de Cooperação Financeira, firmados, do lado brasileiro, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e, do lado alemão, pelo Secretário de Estado do Ministério Federal das Relações Exteriores.

5. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt atribuiram especial valor ao seu encontro e reafirmaram a importância das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha. O Presidente Figueiredo ressaltou seu especial prazer em receber o Chefe do Governo alemão e sua comitiva, logo nos primeiros dias do novo Governo brasileiro. O Chanceler Federal Schmidt assinalou a importância que o Brasil ocupa na política do Governo Federal e manifestou sua satisfação por ser o primeiro Chefe de Governo alemão a visitar oficialmente o Brasil.

6. Após o exame dos diversos aspectos das relações de cooperação entre os dois países, o Presidente e o Chanceler Federal concluíram que tais relações se vêm caracterizando por crescentes vantagens recíprocas e por um grau de maturidade e respeito mútuo que as tornam exemplares e duradouras. Reafirmaram a amizade que une os povos brasileiros e alemão. Manifestaram sua profunda satisfação com o clima de entendimento e de compreensão reciproca que caracterizou as conversações que mantiveram. Ressaltaram que a visita contribuiu para consolidar e intensificar as relações teuto-brasileiras.

7. Ao examinarem a situação internacional, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt reafirmaram sua determinação em apoiar os esforços de manutenção da paz, de fortalecimento da segurança internacional e de promoção da cooperação entre as nações. Afirmaram que a política de abrandamento das tensões internacionais, necessita ser revigorada e que deve ser indivisível e universal. Reiteraram sua adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e à solução pacífica de controvérsias internacionais, de acordo com

o previsto na Carta. O Presidente e o Chanceler Federal manifestaram-se de forma decidida pelos princípios da soberania, da igualdade dos Estados, da exclusão da ameaça, ou uso da força, nas relações internacionais, bem como da não-ingerência em assuntos internos. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt afirmaram que a garantia dos direitos humanos é um dos objetivos permanentes da política dos respectivos Governos.

8. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt manifestaram sua profunda preocupação com as tendências inflacionárias mundiais e com a difusão de políticas protecionistas de toda ordem que afetam os interesses de todos os países. Assinalaram a importância da adoção por todos os países de medidas que superem tais fenômenos, especialmente no que afetam os interesses dos países em desenvolvimento. Concordaram em que devem prosseguir esforços em favor de uma ordem econômica internacional justa e equitativa. Reconheceram a necessidade de intensificar e ampliar continuamente as relações entre o Brasil e a Comunidade Européia.

9. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt reafirmaram a necessidade de diversificar cada vez mais as relações entre os dois países com vistas sempre ao equilíbrio de vantagens que deve resultar da cooperação recíproca. Nesse sentido, ao passarem em revista a cooperação no campo da energia nuclear para fins pacíficos manifestaram sua satisfação com os resultados até agora obtidos e sua determinação de dar pleno cumprimento aos instrumentos celebrados entre os dois países. Ao reconhecerem a diversidade inerente ao relacionamento teuto-brasileiro, o Presidente e o Chanceler reafirmaram a importância e a atualidade da troca de notas assinadas

em 16 de junho de 1978, que estabelece consultas periódicas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

10. O Presidente e o Chanceler Federal examinaram o estado de implementação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, Acordo Cultural e do Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, de 9 de junho de 1969, e concordaram em que tais instrumentos têm proporcionado valiosas experiências de trabalho conjunto e de confiança mútua. Reafirmaram, nesse contexto, a determinação de dar dinâmica implementação a esses Acordos.

11. O Chanceler Federal Schmidt agradeceu a acolhida que lhe foi dispensada no Brasil, bem como a hospitalidade com que foi recebida sua comitiva.

**2. Visita ao Brasil do Presidente do Governo Espanhol,
Senhor Adolfo Suárez**

6 e 7 de agosto de 1979

Brasília

- Discursos do Presidente do Governo Espanhol Adolfo Suárez
- Discursos do Presidente Figueiredo
- Comunicado Conjunto

06 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DO GO-
VERNO ESPANHOL, SENHOR ADOLFO
SUÁREZ

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol,
Adolfo Suárez:

A visita que hoje nos faz Vossa Excelência, em atenção ao convite que tive a honra de lhe formular, é importante passo para o desenvolvimento das tradicionais relações de amizade entre o Brasil e a Espanha.

Brasileiros e espanhóis se conhecem, estimam-se e convivem fraternalmente. Boa-vontade e simpatia recíprocas são a marca de nossas relações. Agora, acre-dito haver chegado o momento de traduzirmos, no plano oficial, todo esse extraordinário capital.

A presença de Vossa Excelência no Brasil permite-nos ampla troca de opiniões a respeito de questões internacionais e bilaterais de interesse dos dois países. Nesse contexto, nossas relações bilaterais devem ganhar novo impulso. Devem refletir, em toda a sua inteireza, a presença da Espanha e do Brasil nos mais variados campos de atividade internacional.

É-me especialmente grata a decisão de Vossa Excelência de fazer-se acompanhar de tão importante comitiva. A propósito, desejo realçar a presença dos Ministros de seu Governo, que a integram. Estou certo de que a alta hierarquia, a experiência e o renome desses Ministros muito facilitarão nossos contatos, e seu seguimento prático nos próximos meses.

Senhor Presidente,

A autencidade é a marca admirável da tradição cultural espanhola. Ela constitui o segredo da irradiação verdadeiramente universal do país de Vossa Excelência.

Pais de formação extremamente rica, tem a Espanha uma densidade histórica excepcional e singular. Graças à interação de tradições variadas, a Espanha desenvolveu as virtudes da sensibilidade e da inteligência — nítidos apanágios do valoroso povo espanhol.

Por representarem o que há de mais profundo e legítimo na alma de seu povo, as grandes figuras da história e da cultura da Espanha são compreendidas, admiradas e respeitadas em toda a parte.

A todos impressiona o desenvolvimento continuado da cultura e das artes hispânicas. Suas obras ajudam a moldar a sensibilidade moderna, e caracterizam fortemente não apenas a Espanha mas a própria civilização ocidental.

Dante desse pano de fundo, Vossa Excelência conduz — com reconhecida vocação de liderança, talento e desassombro — um processo político-democrático particularmente fecundo. Tendo como inspirador o Chefe de Estado, Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, o Governo de Vossa Excelência responde, com criatividade e decisão, ao desafio da complexidade espanhola.

Porque tudo o que se passa na Espanha interessa a todos os homens, seus esforços e suas realizações são por todos acompanhados com apreço, simpatia e respeito.

A Espanha, Senhor Presidente, é, por todos os motivos, um país muito próximo do Brasil. Seus filhos aqui acorreram em grande número. Com sua capacidade de trabalho e suas características de generosidade, enriqueceram a sociedade brasileira.

Não é demais dizer que os espanhóis se integraram em nosso País com exemplar perfeição: a Espanha é parte da alma brasileira, do nosso modo de ver e sentir a vida.

A contribuição espanhola foi ainda mais direta na formação de nossos vizinhos da América Latina. Não posso deixar de saudar com interesse, por tal razão, o fortalecimento dos laços que unem a Espanha aos países desta parte da terra.

O mundo ibérico assenta sobre um patrimônio comum, construído através dos séculos à custa de grande esforço e não pouco sacrifício. Assim, nossa vivência histórica pode e deve servir de base a empreendimentos conjuntos, em benefício de todos os nossos povos.

No encontro político entre a Espanha e a América Latina, a possibilidade de mantermos um diálogo aprofundado e realista decorre da própria riqueza da individualidade de cada nação. Por isso, não basta levar em conta e saber interpretar o nosso passado. Precisamos muito mais: precisamos forjar novos laços. Pois nossos países são essencialmente voltados para o futuro. Nosso interesse é descobrir novas formas de aproximação.

No momento da visita de Vossa Excelência ao Brasil, a situação econômica mundial pode ensejar mais de-

salento que esperança. Problemas sérios acumulam-se em excessivo número na agenda internacional. Ninguém parece vislumbrar soluções capazes de, a curto prazo, atender aos interesses de todas as nações.

A inflação, a instabilidade cambial, a crise energética, somam-se às dificuldades conhecidas do mercado internacional de produtos de base e ao protecionismo comercial contra as exportações dos produtos manufaturados.

Todos esses problemas afetam de forma dramática o meu País e nos obrigam a tomar medidas internas para minorar, na medida do possível, seus efeitos. Eles tornam ainda mais árduos os esforços do povo brasileiro em prol do seu desenvolvimento sócio-econômico.

Continuamos, porém, otimistas e confiantes em encontrar os caminhos que nos permitirão superar essas dificuldades.

No plano internacional, não acreditamos em soluções unilaterais para problemas de caráter global, em sua essência. Esperamos porém que, ao examiná-los, a comunidade mundial de nações leve especialmente em conta os anseios e as aspirações dos países em desenvolvimento. Não é justo fiquem eles eternamente compelidos a sacrificar parcelas essenciais de seus interesses econômicos. Ou a adiar indefinidamente as melhorias de padrão-de-vida a que seus povos têm direito.

A Espanha está empenhada não só na modernização política, mas também na econômica. Notabiliza-se o seu país, Senhor Presidente Adolfo Suárez, por um progresso que o coloca entre os dez mais industrializados do Mundo. Em sua política econômica externa, procura o Governo de Vossa Excelência retirar todas as consequências práticas dessa nova e auspiciosa situação.

O Brasil espera que, ao ingressar na Comunidade Econômica Européia, a Espanha venha a juntar-se aos que propugnam, ali, pela liberalização das correntes de comércio. Só desejamos que os benefícios da atividade econômica global sejam proporcionalmente maiores e mais bem distribuídos entre todos os parceiros.

Esperamos, igualmente, possa o Governo espanhol levar avante o seu atual esforço de intensificação das relações econômicas com os países da América Latina. Há novas portas a abrir para um intercâmbio moderno e mutuamente proveitoso.

As perspectivas altamente favoráveis de entendimento e cooperação entre os nossos dois países aconselham a não nos conformar-mos com o atual nível de nossas relações.

Muito há que fazer. Penso que devemos consultarnos mais e dar toda ênfase aos mecanismos ao nosso dispor, inclusive a Comissão Mista Brasil-Espanha. Podemos dinamizar nossas relações políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas. Sobretudo, podemos colocá-las à altura das aspirações dos nossos dois povos.

De parte do Brasil, pode Vossa Excelência estar certo de toda a nossa disposição de corresponder ao gesto de amizade e interesse representado pela visita de Vossa Excelência ao nosso País.

Senhor Presidente,

Permita-me pedir aos presentes que levantem um brinde à saúde e felicidade do Chefe de Estado, Sua Majestade D. Juan Carlos I, aos continuados êxitos de Vossa Excelência à frente do Governo espanhol e ao progresso das relações entre nossos dois países.

06 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL, SENHOR ALDOLFO SUÁREZ, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo

Minhas Senhoras, meus Senhores:

A cortesia, a hospitalidade e o sentido de amizade são três valores frente aos quais um espanhol não pode jamais permanecer insensível. São três princípios de boa convivência de que tão constantes provas tivemos nestes dias de reencontro de nossos povos. Quero agradecer-lhe as carinhosas palavras de boas-vindas e saudação e as numerosas provas de afeto que todos os membros da delegação espanhola receberam no curso de nossa breve estada em seu maravilhoso País.

Conhecê-lo, ter a oportunidade de convergir para a sua pessoa toda a carga de boa-vontade e estima que o povo espanhol sente pelo Brasil é para mim um alto motivo de satisfação. Talvez seja esta a ocasião propícia

para assinalar o quanto me impressionaram as palavras de Vossa Excelência por ocasião de sua posse a 15 de março último. Percebi, naquelas palavras de Vossa Excelência, a personalidade de um grande estadista e hoje confirmo esta impressão ao comprovar que Vossa Excelência assumiu com lucidez o controle deste grande País com ânimo resoluto e decidido para agir como impulsor da vontade de mudança que distingue este povo jovem e vigoroso.

E em sua pessoa, máxima encarnação do Governo e do povo brasileiros, quero saudar esta grande Nação que é o Brasil, um dos países de mais definida identidade e importância entre todos os da Terra, verdadeiro continente dentro de um continente, que não somente é o quinto país do Mundo em extensão e o oitavo em importância demográfica, como está começando a ser um dos grandes focos econômicos e culturais, dos quais irradia o verdadeiro caráter pluralista de uma nova política mundial e de um sistema de relações em que vai haver, cada vez, mais vozes decisivas que se somem ao que até há pouco tempo era um reduzido número de responsáveis pelas grandes decisões internacionais.

Saudo, pois, a nação brasileira, com profunda simpatia e confiança em seu futuro. E com o sincero desejo de que este reencontro, que estreita laços amigos que parecem prefigurar um comum destino de amizade e entendimento, contribua decisivamente para que nossas relações bilaterais sejam um elemento de estabilidade da paz mundial, de justiça, de progresso e de cooperação entre as nações da Terra.

Penso sinceramente que a identidade e singularidade específicas e próprias do Brasil fundamentam a impor-

tância destas relações bilaterais. O que não exclui, naturalmente, o esforço por uma reflexão comum sobre os numerosos problemas contemporâneos que afetam a comunidade internacional.

A política externa do Governo espanhol pretende uma crescente ampliação de nossa presença nas áreas das grandes decisões, uma intensificação dos contatos e intercâmbios numa atmosfera sem hegemonias nem blocos dominadores e se encaminha, portanto, para a potenciação de nossos interesses num mundo complexo, em rápido processo de mudança e cada vez mais independente. A igualdade soberana dos Estados e a necessidade de uma ampla cooperação internacional são idéias básicas plenamente compartilhadas pelo Brasil e Espanha e que delineiam uma base de entendimento sobre a qual acreditamos ser possível construir um futuro de harmonia e de intensas relações em todo os campos.

Queremos contribuir para a construção da paz e afirmamos categóricamente que a paz só é possível quando as sociedades clamam por uma pronta e efetiva atenção para suas aspirações e direitos, dentro de um mundo mais livre, mais seguro e mais justo. É precisamente por isso que não aceitamos que um reduzido número de Estados pretenda ser dono do destino político e econômico do Mundo. Os grandes problemas de nosso tempo, muito ao contrário, só encontrarão solução num novo clima de cooperação internacional, já que para implantar maiores níveis de justiça é mister fazê-lo em torno de princípios inequívocos de igualdade e independência.

A Espanha é plenamente consciente tanto da interdependência que condiciona e caracteriza o mundo

atual, como da peculiar identidade que nos distingue dentro das coordenadas universais da época contemporânea. Somos encruzilhada de línguas e cultura, berço de mestiçagem, local de encontro de civilização e heranças históricas de mui diverso signo. E é precisamente neste contexto, no qual se funda o que nos irmana no passado e o que nos faz coincidir necessariamente no futuro, que reside o grande interesse com que seguimos tanto a defesa que faz o Brasil do princípio da igualdade soberana dos Estados, como os esforços de colaboração, tanto em escala universal como regional. Aí, precisamente, é onde penso que deitam raízes e hão de florescer relações bilaterais que no futuro desejamos cada vez mais intensas, estreitas e fecundas, principalmente através de uma aproximação mais razoável entre nossas respectivas exportações e importações de mercadorias.

Sei que isso é possível se aliarmos à técnica econômica, Senhor Presidente, uma decidida vontade política para alcançar esses objetivos e penso que ambos os países devem fazer um esforço nesse sentido, já que uma balança comercial crônica e gravemente deficitária para uma das partes acaba produzindo efeitos desfavoráveis e mais profundos, difíceis de corrigir posteriormente. Creio sinceramente que ainda estamos a tempo para evitá-los.

O amplo caminho da constituição de empresas mistas hispano-brasileiras deve ser explorado e explorado a fundo, como, por exemplo, no setor pesqueiro, em que nossos mútuos interesses podem estreitar-se agora com imensas possibilidades de êxito. Eis aqui, em breves traços, o muito que ainda podemos empreender juntos.

Brasil e Espanha, Senhor Presidente, têm as mesmas raízes espirituais e culturais e por pertencer a uma mesma comunidade de origem temos um destino que em muitos aspectos pode ser também comum. Por isso, penso que tanto no plano cultural, como no econômico, comercial e tecnológico, há muito o que fazer e felizes e promissoras são as perspectivas que se abrem à nossa frente. Neste sentido, a coesão hispano-brasileira — a que Vossa Excelência fez alusão — há de ser o veículo adequado para aprofundar neste caminho que há de levar-nos, estou seguro, a entendimentos mais completos.

Desejo sinceramente que esta viagem sirva para nos conhecermos melhor e para aprofundar esta malha de relações que desejamos estreita e proveitosa. Se houve uma série de circunstâncias que impediam que a natural vocação de coincidência se traduzisse em contatos freqüentes, penso que este tempo ficou felizmente para trás. Temos agora uma longa estrada a percorrermos juntos. E estou certo de que há de permitir um intercâmbio de experiências que beneficiará nossos dois povos, como os beneficiará igualmente uma integração da Espanha nas comunidades econômicas européias nas quais meu País saberá ser eco das aspirações deste Hemisfério.

E neste sentido reiteramos que um esforço de investigação e colaboração no campo da tecnologia é a melhor resposta a nossa comum rejeição dos obstáculos interpostos por alguns países superindustrializados ao esforço empreendido pelas demais nações para dispor da tecnologia necessária ao seu próprio desenvolvimento.

Permita-me, Excelência, que nesta solene ocasião tenha uma emocionada palavra de lembrança para os imigrantes e a coletividade espanhola no Brasil, que fizeram deste imenso País que os acolheu com fraternal carinho sua segunda pátria e para cujo desenvolvimento e prosperidade contribuíram com seu denodado esforço, seu incansável trabalho, sua honestidade. Esses espanhóis que vivem e trabalham na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, ao Norte, ao Sul, a Leste e Oeste do Brasil, também não querem esquecer a pátria em que nasceram e receiam que alguns entraves administrativos levantem uma barreira econômica que os impeça de visitar de vez em quando as terras em que nasceram e os seres queridos que lá deixaram. Sei que esta é uma preocupação de seu Governo, Senhor Presidente, e espero e muito confio que em breve se encontrem fórmulas apropriadas para derrubar estes obstáculos e acalmar essas ansiedades.

Nossa política externa tem como um dos seus mais caros objetivos a proteção daqueles espanhóis que afastados de sua terra desenvolvem sua atividade fora de nosso País. Mas a Espanha não renuncia e me alegro que nossas conversações tenham sido uma excelente ocasião para confirmar a identidade de nossos pontos-de-vista, para realizar uma positiva abordagem da resolução dos problemas com que hoje se defronta a comunidade internacional. E nesta ordem de coisas, estamos certos de que um país com a importância econômica e estratégica da Espanha pode contribuir decisivamente para a distensão, o desarmamento geral e completo, sob um adequado e eficaz controle internacional, e o estabelecimento desta ordem internacional a que me referi no

princípio de minhas palavras, baseado nos princípios de igualdade e cooperação na interdependência.

A Espanha, em resumo, pratica uma política aberta a todos os problemas de nosso tempo, marcada pelos princípios de igualdade soberana e não ingerência na política interna de outros países, baseada, em suma, na convicção de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade da pessoa e o respeito de seus direitos fundamentais. Foi esta a vontade soberana de nosso povo ao dotar a nova democracia espanhola de uma Constituição que, desejando estabelecer a justiça, a liberdade, a segurança e o bem de quantos integram a Nação, proclama entre outros objetivos o de colaborar para o fortalecimento de relações pacíficas e de eficaz cooperação entre todos os povos da Terra.

Por este esforço, a que esta Nação jovem e pujante que é o Brasil vai contribuir com sua poderosa riqueza e capacidade criadora, ergo minha taça como símbolo de fraternidade e esperança.

07 DE AGOSTO
EMBAIXADA DA ESPANHA
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO
GOVERNO ESPANHOL, SENHOR
ADOLFO SUÁREZ

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol,
Adolfo Suárez:

Fico muito reconhecido a Vossa Excelência pelas
amáveis palavras que acaba de pronunciar.

Nestes dois últimos dias, mantivemos entendimentos
muito proveitosos. Trocamos opiniões sobre assuntos de
interesse recíproco e tratamos, objetivamente, do desen-
volvimento de nossas relações bilaterais. Igualmente,
nossos Ministros realizaram úteis conversações, no âm-
bito de suas respectivas pastas.

Em nosso encontro, Vossa Excelência me impressio-
nou, como era de esperar, pelos seus conhecimentos de
homem de governo e por suas qualidades pessoais.

Faço votos de que Vossa Excelência e sua ilustre co-
mitiva tenham em sua visita a São Paulo, amanhã, uma
estada agradável. E de que possam realizar contactos
igualmente proveitosos, naquele Estado, com os mais
variados setores de atividade. Lá, Vossas Excelências te-
rão oportunidade de ver, perfeitamente integrados, co-

mo disse ontem, numerosos espanhóis e outros tantos brasileiros de origem espanhola.

Peço aos brasileiros aqui presentes que comigo levantem suas taças, em homenagem a Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, pela saúde do Presidente do Governo espanhol, Doutor Adolfo Suárez, e pelo fortalecimento dos laços de amizade que unem o Brasil e a Espanha.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL — ESPANHA

**COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-
ESPAÑA, DIVULGADO PELO ITAMA-
RATY EM 8 DE AGOSTO DE 1979, AO
FINAL DA VISITA AO BRASIL DO PRE-
SIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL,
ADOLFO SUÁREZ GONZÁLEZ.**

Atendendo a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez González, visitou o Brasil, em caráter oficial, no período de 6 a 8 de agosto de 1979.

O Presidente do Governo espanhol fez-se acompanhar do Ministro de Assuntos Exteriores, Marcelino Oreja Aguirre; do Ministro da Indústria e Energia, Carlos Bustelo y García del Real; do Ministro do Comércio e Turismo, Juan Antonio García Díez; do Secretário de Estado para a Informação, Josep Meliá Pericás, e de altos funcionários do Governo espanhol.

O Presidente do Governo espanhol, durante sua permanência em Brasília, manteve encontros com o Presidente da República; visitou o Presidente do Senado Federal, Luiz Vianna Filho, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, assim como o Presidente do

Supremo Tribunal Federal, Antônio Neder. Paralelamente, membros da comitiva presidencial mantiveram conversações com autoridades brasileiras: o Ministro de Assuntos Exteriores encontrou-se com o Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro; o Ministro da Indústria e Energia, com o Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals de Oliveira Filho; o Ministro do Comércio e Turismo, com o Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, e com o Ministro, interino, dos Transportes, Wando Pereira Borges. O Ministro do Comércio e Turismo e o Ministro da Indústria e Energia visitaram também o Ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, e o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen. O Secretário de Estado para a Informação foi recebido pelo Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social, Said Farnhat.

Após sua permanência em Brasília, o Presidente do Governo espanhol visitou São Paulo, no dia 8 de agosto de 1979, tendo sido recebido pelo Governador do Estado, Paulo Salim Maluf, tendo-se encontrado com representantes das classes empresariais, da comunidade hispano-brasileira e tendo visitado, finalmente, diversas instituições espanholas.

Os encontros havidos entre os Presidentes da República do Brasil e do Governo espanhol transcorreram em clima cordial, construtivo e amistoso, consentâneo com as tradicionais relações de fraterna estima, existentes entre os povos do Brasil e da Espanha, tendo o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo notado como feliz a circunstância de incumbir-lhe receber a primeira visita oficial de um Chefe de Governo espanhol ao Brasil.

Analisando a situação internacional, os dois Presidentes expressaram a importância que atribuem à Organização das Nações Unidas e o propósito de contribuir para seu fortalecimento como o foro principal para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para a cooperação entre os Estados em bases igualitárias.

Afirmaram o direito de todos os países à sua plena realização no seio da comunidade internacional, de acordo com os princípios, consagrados na Carta das Nações Unidas, da igualdade soberana e respeito mútuo entre os Estados, da auto determinação dos povos, da não-ingerência nos assuntos internos de outros países, da exclusão da ameaça ou do uso da força nas relações internacionais, do respeito dos tratados e da solução pacífica de controvérsias.

Concordaram em que as políticas globais de desarmamento e de abrandamento de tensões internacionais devem ser intensificadas e apoiaram também iniciativas regionais neste sentido. Manifestaram sua firme oposição a quaisquer tentativas de estabelecimento de zonas de influência. Expressaram que a garantia dos direitos humanos, políticos, econômicos e sociais é objetivo permanente de seus governos, ao mesmo tempo em que a afirmação desses direitos constitui uma das mais nobres tarefas das Nações Unidas..

Detendo-se na consideração da situação internacional na África e no Oriente Médio, reiteraram o seu repúdio às práticas do *apartheid* e a todas as formas de discriminação racial. Manifestaram seu firme apoio às resoluções pertinentes das Nações Unidas, tanto as referente à autodeterminação da Namíbia e do Zimbábue, quanto as relativas à situação do Oriente Médio, entre

as quais avultam as Resoluções nºs 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU.

Ao examinar a situação econômica internacional, manifestaram sua preocupação com a persistência do sério desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e expressaram que a correção dessa tendência é de importância fundamental para garantir o progresso da Humanidade. Nesse sentido, concordaram em que deve ser intensificado o diálogo entre o Norte e o Sul e em que se devem envidar esforços sistemáticos em favor do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, que assegure a liberalização do comércio internacional, preços remuneradores para os produtos básicos e acesso ao pleno desenvolvimento científico e tecnológico.

Nesse contexto, reiteraram seu apoio à utilização soberana dos recursos naturais de cada país como meio de obtenção do desenvolvimento econômico e manifestaram-se dispostos a contribuir para a criação de condições adequadas à realização de entendimentos internacionais em matéria de energia e desenvolvimento.

O Presidente da República, manifestando interesse pela incorporação da Espanha às Comunidades Europeias, ouviu do Presidente do Governo espanhol ampla exposição sobre o andamento atual do tema, ao cabo da qual fez votos para que a plena adesão espanhola, além de benéfica para a CEE e para a própria Espanha, possa também refletir-se de modo favorável nas relações entre as Comunidades e a América Latina.

No plano das relações bilaterais, os Presidentes da República e do Governo espanhol lembraram com satis-

fação a tradicional amizade que une os povos brasileiros e espanhol, para a qual muito têm contribuído o patrimônio cultural comum e a presença de grande contingente espanhol na formação do povo brasileiro. Concordaram em que deve ser dado novo e redobrado impulso ao desenvolvimento das relações entre os dois países, aprofundando-as e estendendo-as em todos os campos.

Nessa nova fase de estreitamento de relações, ora iniciada, congratularam-se pela troca de notas, recém-efetuada, entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, que estabelece um mecanismo especial de consultas anuais, em alto nível entre os dois países.

Com relação ao intercâmbio comercial, assinalaram que seu valor triplicou na presente década, havendo consenso de que seus níveis atuais ainda não correspondem à potencialidade de ambos os mercados e, também, de que é mister esforço conjunto para que se consiga a expansão crescente das trocas e seu maior equilíbrio.

Os dois Presidentes concordaram quanto à urgente necessidade de ampliar a cooperação econômica entre os dois países. Nessa área, aludiram aos resultados obtidos pelos esquemas entre empresas brasileiras e espanholas, para a fabricação, em regime de complementação, de locomotivas no Brasil, bem como às perspectivas de incremento da cooperação nos setores siderúrgico, naval e hidrelétrico. Manifestaram também o interesse de ambas as partes no desenvolvimento da colaboração em matéria de pesca. Realçaram, outrossim, a grande importância e alcance da associação espanhola no projeto da HISPANOBRÁS, inaugurado em maio último, reconhe-

cendo que essa participação ilustra as possibilidades favoráveis para investimentos espanhóis no Brasil.

Detiveram-se nos contatos mantidos entre as autoridades do setor de minas e energia de ambos os países, durante os quais foram examinadas a evolução recente da conjuntura energética mundial e suas perspectivas, bem como a promoção de conversações para estudar as possibilidades de uma cooperação mais íntima entre o Brasil e a Espanha em matéria de energia e mineração. Em particular, reconheceram aquelas autoridades a importância do aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos e manifestaram a intenção de examinar com especial atenção as possibilidades de cooperação bilateral nesse campo.

Registraram, ainda, com satisfação, as promissoras perspectivas para uma ação conjunta com vistas à execução em terceiros países de projetos de infra-estrutura ferroviária. Para facilitar sua realização, decidiram constituir um grupo de trabalho que estude as condições de execução de projetos específicos em tal setor.

No mesmo contexto, referiram-se com agrado ao Protocolo contemplado pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco de Espanha, com vistas à instalação operativa de bancos brasileiros na Espanha e de bancos espanhóis no Brasil, de conformidade com a legislação, normas e regulamentos específicos dos respectivos países.

Manifestaram ainda confiança em que a próxima reunião da Comissão Mista, a celebrar-se em Brasília, no mês de setembro vindouro, será ocasião para amplo e frutífero exame das relações econômico-comerciais e da cooperação cultural, industrial, científica e técnica

entre os dois países, com vistas a dar-lhes a expressão que seria desejável.

O Presidente do Governo espanhol convidou o Presidente da República Federativa do Brasil a visitar a Espanha. O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo aceitou o convite e solicitou, por seu turno, ao Presidente Adolfo Suárez González que transmita ao Rei Juan Carlos I convite para visitar o Brasil.

O Presidente do Governo espanhol agradeceu a acolhida que lhe foi dispensada no Brasil, bem como a hospitalidade com que foi recebida sua comitiva.

i

j

j

j

j

**3. Visita ao Brasil do Presidente da República de Zâmbia,
Senhor Kenneth Kaunda**

**28 de agosto de 1979
Brasília**

- Discurso do Presidente Figueiredo**
- Discurso do Presidente Kenneth Kaunda**
- Comunicado Conjunto Brasil-Zâmbia**

)

)

•

•

•

•

28 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DE ZÂMBIA, SENHOR KEN-
NETH KAUNDA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
de Zâmbia, Kenneth Kaunda:

Em nome do Governo e do povo brasileiro, tenho a honra de acolher Vossa Excelência e os eminentes membros de sua comitiva, na primeira visita do Chefe de Estado de Zâmbia ao Brasil.

Vossa Excelência tem papel decisivo na vida de seu País. Além de liderar os esforços do seu povo, para libertar-se do regime colonial, hoje conduz com firmeza os destinos desse povo, dentro do conturbado panorama da África austral.

Graças à sua capacidade política e aos seus reconhecidos dotes pessoais, Vossa Excelência soube interpretar com fidelidade os anseios do povo de Zâmbia, sua dedicação à independência, à justiça e ao desenvolvimento. Vossa Excelência é um líder estimado dentro e fora de seu País. Como grande expressão política do Continente africano, o nome de Vossa Excelência é conhecido em todas as partes do Mundo.

Frente aos desafios que hoje se acumulam na África austral, o Governo de Vossa Excelência tem agido com dignidade e eficácia. E constitui, por isso, uma das mais altas expressões do nacionalismo africano.

Zâmbia, juntamente com outros países africanos, está integrada num vasto e difícil esforço diplomático do qual podem muito bem depender as perspectivas de solução negociada para as delicadas questões do Zimbábue e da Namíbia.

Invariavelmente, o Governo brasileiro tem manifestado seu apoio aos direitos inalienáveis dos povos do Zimbábue e da Namíbia. Em decorrência do próprio processo de formação de nossa nacionalidade e do modo de ser do povo brasileiro, somos visceralmente contrários à dominação colonial e à discriminação racial, cristalizada na política do aparteidismo.

Acreditamos que Zimbábue deve ter um regime que satisfaça a dignidade de seu povo e suas aspirações de igualdade.

Favorecemos, igualmente, a autodeterminação e a independência da Namíbia, direitos tantas vezes expressos em resoluções aprovadas, nas Nações Unidas, pela unanimidade da comunidade internacional.

Saudamos, assim, os esforços que Vossa Excelência vem conduzindo no sentido de que tão altos ideais se transformem em realidades concretas.

Ideais e princípios comuns informam a atitude do Brasil com relação aos países africanos.

Somos amistosa e francamente abertos à cooperação.

Respeitamos a individualidade de cada país e o direito de construirem seu próprio destino.

Acreditamos em relações internacionais regidas pelos princípios da igualdade soberana dos Estados e da não-ingerência em seus assuntos internos.

Assim como Zâmbia, repudiamos o colonialismo e o racismo. Consideramos sua eliminação fundamento necessário à criação de um sistema internacional mais seguro, mais eqüitativo e, conseqüentemente; mais pacífico.

Outra de nossas preocupações comuns é vermos a ordem econômica internacional ainda assente em termos essencialmente iníquos, em relação aos países em desenvolvimento. Nossos esforços para transformá-la decorrem da justiça mesma das aspirações de progresso de nossos povos. Por isso, não esmoreceremos até vê-las concretizadas no menor prazo possível e com os menores sacrifícios.

Sabemos que a solução de nossos problemas exigirá, também, uma ampla cooperação para o fortalecimento dos vínculos políticos, econômicos e de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

É responsabilidade de nossos governos traduzir nossa vontade política comum em relações mais intensas entre nossos países, firmadas em formas de cooperação mutuamente satisfatórias, nos mais variados campos de atividade.

Certamente, o Brasil se dispõe, nos limites de suas possibilidades, a desenvolver as relações econômicas, a cooperação técnica, e as consultas sobre assuntos de interesse comum com Zâmbia. Queremos examinar, com o Governo de Vossa Exceléncia, os meios e mecanismos mais eficazes para alcançar esses objetivos.

O Brasil, Senhor Presidente, atribui alta prioridade às suas relações com os países da África. Reconhece e

apoia os seus esforços em prol do progresso e da justiça. Nossa interesse nacional, os sentimentos e a comum opinião do povo brasileiro exigem contatos cada vez maiores com as nações africanas.

Nesse espírito, saúdo Vossa Excelência e convido todos os presentes a comigo erguerem suas taças pelo desenvolvimento das relações entre a Zâmbia e o Brasil; pela saúde do nosso amigo Presidente Kenneth Kaunda; e pela felicidade e prosperidade do povo irmão de Zâmbia, em sua luta pela liberdade e dignidade humana.

28 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DE ZÂMBIA,
SENHOR KENNETH KAUNDA, POR
OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI
OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO
FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo

Trago a Vossa Excelência e ao seu feliz povo as calorosas e fraternas saudações do povo de Zâmbia. E quando eu voltar para o meu País, levarei ao povo de Zâmbia este acolhimento caloroso e fraterno que recebemos, eu e minha delegação, no momento em que desembarcamos na histórica cidade do Rio de Janeiro e até este momento em que estamos acomodados e jantando nesta bela capital, Brasília. Nós estamos dispostos e ansiosos para usufruir ainda mais de seu País e da amizade cordial, quando conhecermos melhor seu povo e sua gente, num futuro próximo. Para todos nós nesta delegação é realmente um momento muito feliz poder estar com vocês em seu grande País. A única coisa que sinto, pessoalmente, é não poder assistir a uma partida de futebol durante minha permanência aqui. Para um fã de

futebol como eu, em Zâmbia seus Pelês e outros ídolos do futebol brasileiro têm proporcionado grande satisfação.

Eu lhe agradeço, Senhor Presidente, por suas amáveis referências ao meu País e sobre mim mesmo. Os sentimentos que Vossa Excelência expressou são uma fonte de inspiração e encorajamento para nós. Vossa Excelência presenteou-nos com grande desafio para enfrentar algumas das fases críticas do Mundo, particularmente aquelas em nosso Hemisfério. Nós apreciamos enormemente a continuada inspiração e apoio que sempre recebemos do Brasil desde que nossos dois países vieram a se conhecer melhor através de nossa representação diplomática e se encontraram em vários fóruns internacionais.

Nós, em Zâmbia, sabemos que o povo do Brasil é um povo dinâmico e cristão e também que é um povo trabalhador para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento do homem no mundo todo. Seu sucesso no seu próprio trabalho, como povo independente, pacífico e progressista, proporciona um importante estímulo para a recente descolonização em nosso próprio território. Porque o Brasil tornou-se livre, independente, feliz e com sucesso, não havia razão para que os povos africanos de países como Moçambique, Angola e de outras áreas da África que tiveram semelhantes experiências históricas e cultural não poderiam também assegurar a sua independência.

O futuro do Continente Africano não pode ser diferente do futuro da América do Sul. As duas populações dominantes no Hemisfério Sul cresceram juntas. Elas têm experiências históricas comuns e semelhantes, baseadas

em interações econômicas e culturais. Como membros do mundo em desenvolvimento, os países da África estão encontrando as mesmas questões econômicas em seus variados níveis e estão atingindo o mesmo processo de desenvolvimento e transformação. Contatos sérios como o que nós estamos fazendo neste momento poderão somente resultar em benefício dos dois países e dos dois continentes.

Nós, em Zâmbia, sob nossa Filosofia do Humanismo, estamos convencidos e acreditamos firmemente que o futuro dos povos do Mundo reside no indivíduo: que os povos do mundo, independente de raça, cor ou crença podem aprender, e aprender depressa, a aceitar o homem como homem. É, na realidade, o homem que importa para a Humanidade e não a raça, não a cor, não o credo.

As sociedades não-raciais, tal como vocês têm aqui no Brasil e nós temos em Zâmbia, nos mostram o caminho para uma paz real e harmônica da Humanidade, porque o desenvolvimento humano, que significa o desenvolvimento do potencial humano como pessoa e não como um grupo racial, é a única verdade e o último fundamento para a paz. Esta paz sobre a qual a prosperidade genuína pode ser estabelecida, pode nada significar em termos reais, mas sim o estabelecimento de um desenvolvimento humano baseado no livre credo, na liberdade da cor e da raça.

Vocês, nossos irmãos e irmãs, atravessaram um longo caminho ao longo desse único caminho para nosso futuro como raça humana. Eu não estou dizendo que vocês não têm ou não terão problemas. Não existe vitória sem problemas. Mas sua luta é vencedora. Isto não

acontece na África do Sul. A África do Sul hoje ainda é uma monstruosidade racial numa escala impossível de se imaginar em nossos dias e em nossa época. O Brasil precisa nos ajudar. A África e a América do Sul devem ser aliados, em nome de Deus.

Meus amigos, é neste espírito de unidade entre a África e a América do Sul e na fraternal solidariedade de nossos povos, agora e no futuro, na amizade e nos objetivos de desenvolvimento comum do Brasil e de Zâmbia que proponho este brinde a Sua Excelência o Senhor Presidente e Senhora Figueiredo; à amizade entre os dois povos de nossos dois países; e à genuína paz e justiça através do Mundo.

Muito obrigado.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL — ZÂMBIA

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-REPÚBLICA DE ZÂMBIA, DIVULGADO PELO ITAMARATY EM 30 DE AGOSTO DE 1979, AO FINAL DA VISITA DE KENNETH DAVID KAUNDA AO BRASIL.

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Doutor Kenneth David Kaunda, Presidente da República de Zâmbia, visitou oficialmente o Brasil nos dias 29 e 30 de agosto de 1979.

2. O Presidente de Zâmbia se fez acompanhar das seguintes personalidades: Honorável R. C. Kamanga, MCC, Presidente do Comitê Político Legal, Honorável R. Chisupa, MP, Ministro do Comércio e da Indústria e de outros altos funcionários governamentais.

3. Durante as conversações, realizadas em clima de amizade, cordialidade e entendimento mútuo, os dois Chefes de Estado passaram em revista a situação internacional, com particular ênfase sobre a América Latina e África. Examinaram em profundidade o estado atual das relações entre Brasil e Zâmbia e expressaram a con-

vicção de que suas conversações permitiram abrir novas perspectivas para a intensificação das relações entre os dois países, em diversos setores.

4. No cenário internacional, os dois Presidentes reafirmaram a adesão de seus países aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, bem como às normas consagradas pelo Direito Internacional, particularmente no que se refere ao respeito pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

5. Reafirmaram sua convicção quanto à necessidade urgente e imperiosa de intensificar esforços para alcançar um desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, com prioridade para o desarmamento nuclear.

6. Com referência à situação econômica internacional, os dois Presidentes manifestaram sua preocupação a respeito da persistência de sérios desequilíbrios e desigualdades existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Lamentaram a falta de progresso real na solução de tais desequilíbrios e desigualdades. Expressaram a opinião de que a tendência às políticas e práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos é altamente nociva aos interesses dos países em desenvolvimento. Conclamaram os países desenvolvidos a adotar políticas econômicas e comerciais que melhor correspondam às necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento. Expressaram ainda a convicção de que a liberalização das políticas comerciais constitui um fator fundamental na criação de uma ordem econômica internacional justa e eqüitativa. Nesse sentido, os dois

Presidentes reafirmaram a determinação de prestar o seu apoio à criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional que permita a todos os países desfrutar, de forma total, de seus direitos ao desenvolvimento econômico e social.

7. Os dois Presidentes passaram em revista a situação energética mundial e concluíram que a crise atual impôs encargo adicional às economias de muitos países em desenvolvimento. Concordaram que, em consequência, conversações produtivas, em nível internacional, devem ser realizadas urgentemente sobre o assunto.

8. O Presidente do Brasil relatou a seu homólogo de Zâmbia os esforços internos realizados no País, destinados à criação de fontes renováveis de energia. O Presidente de Zâmbia muito apreciou as informações recebidas sobre o assunto.

9. Em relação à situação na África Austral, os dois Presidentes expressaram sua solidariedade para com os povos da região em sua luta justa. Denunciaram todas as formas de discriminação racial, especialmente o *apartheid*, que consideram, *inter alia*, como uma ameaça à paz e à segurança internacionais e manifestaram seu continuado apoio ao povo oprimido da África Austral, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

10. No campo das relações bilaterais, consideraram que existem amplas possibilidades de intercâmbio comercial, bem como de cooperação técnica e cultural entre os dois países. Expressaram a intenção de que os dois países concluam um acordo que estabeleça bases para a intensificação da almejada cooperação.

11. O Presidente João Figueiredo condecorou o Presidente Kenneth Kaunda com o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul.

12. Durante a sua estada em Brasília, o Presidente Kaunda visitou o Supremo Tribunal Federal e foi recebido pelo Congresso Nacional, em sessão solene conjunta, realizada em sua honra.

13. As duas Partes expressaram a convicção de que a visita constituía um marco importante nas relações entre os dois países e que gerava novo ímpeto para a crescente cooperação em todos os campos.

14. Ao concluir sua visita oficial, o Presidente Kaunda expressou ao Presidente Figueiredo sua profunda gratidão pela calorosa hospitalidade oferecida a ele e a sua delegação pelo Presidente, Governo e povo do Brasil.

**4. Visita ao Brasil do Presidente da República do Peru,
Senhor Francisco Morales-Bermúdez**

15 e 16 de outubro de 1979

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo**
- Discurso do Presidente Francisco Morales-Bermúdez**
- Declaração Conjunta Brasil-Peru**

15 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DO PERU, FRANCISCO MO-
RALES-BERMÚDEZ

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru,
Francisco Morales-Bermúdez:

É para mim motivo de especial satisfação saudar em Vossa Excelência e sua comitiva o primeiro Chefe-de-Estado de uma nação das Américas que tenho a honra de receber em Brasília.

Bem conhece Vossa Excelência, Senhor Presidente, a importância atribuída pelo meu Governo às relações do Brasil com os países nossos irmãos. E muito especialmente, entre estes, com os nossos vizinhos latino-americanos.

Profundas raízes históricas, mergulhadas na origem comum do ímpeto ibérico no Continente Americano; antigas e justas aspirações de desenvolvimento de nossos abundantes recursos naturais; a consciência de um mesmo destino, fundada na valorização de nossos recursos humanos, o principal patrimônio de nossas pátrias; tudo isso, Senhor Presidente, é mais nossa rica herança cultu-

ral, são outros tantos traços de união entre os povos peruano e brasileiro.

Nesse contexto, Vossa Excelência encontrará abertas de par em par, entre nós, as portas do diálogo, do entendimento e da cooperação. Estou convencido, por isso, de que o Brasil e o Peru podem e devem caminhar juntos para atender às legítimas e inadiáveis aspirações de seus povos.

Reconhecidamente, atravessamos uma conjuntura internacional difícil. No campo econômico, agrava-se a acumulação de riqueza pelos países já desenvolvidos. Conseqüentemente, retarda-se o progresso social e cultural dos demais povos. Além de serem eles privados de condições mínimas de vida produtiva e sadia.

É contra esse pano-de-fundo que o Peru e o Brasil estão resolvidos a explorar — como o fazem agora — as potencialidades de intercâmbio comercial e de cooperação em todos os campos.

Com altivez e criatividade, o Governo de Vossa Excelência tem sabido responder aos grandes desafios de nosso tempo. No Pacífico, nos Andes e na Amazônia, a diplomacia peruana tem desempenhado papel ativo e inovador. Presente e atuante em defesa dos ideais comuns de liberdade, justiça e progresso, seu País é dos que lutam por uma ordem internacional mais eqüitativa e humana.

Há muito, as relações entre o Peru e o Brasil estão calcadas no respeito mútuo. E, se algo de novo vier a ocorrer, em tais relações, há de ser o reforço que flui naturalmente da comunidade de aspirações e da semelhança de objetivos.

O encontro de Vossa Excelência com meu antecessor, o Presidente Ernesto Geisel, três anos atrás, em

águas amazônicas, consagrou o princípio do entendimento entre os governos de nossos países. Os importantes acordos, então assinados, deram sentido dinâmico ao nosso relacionamento, que a convergência de propósitos haveria de consolidar, nos anos seguintes.

A maior bacia fluvial do Mundo tem sido elemento predominante nas relações entre o Brasil e o Peru. Desafio proporcional a sua dimensão, a região amazônica é mais que simples elemento geográfico de união entre os Andes, as Guianas e o Brasil. A Amazônia é, ao mesmo tempo, o campo natural para a atualização constante e real da cooperação entre as nações soberanas. Penso que só juntos os oito países amazônicos poderão corresponder à responsabilidade de transformar em progresso atual e concreto o imenso potencial de recursos ali existentes.

Tal responsabilidade não se reflete apenas nos termos transitórios e fugazes da vida terrena de cada um de nós. As gerações futuras haverão de julgar-nos por nossa capacidade de unir esforços e propósitos na defesa de seu ecossistema tão delicado quanto majestoso. No aproveitamento dos recursos naturais existentes no território de cada nação. No estudo das formas de vida tão ricas e variadas ali encontradas — que cumpre preservar, e cuja sobrevivência temos de assegurar.

Foi sob essas aspirações que o Peru e o Brasil, com os outros seis países da área, decidiram criar — com o Tratado de Cooperação Amazônica — o marco de convergência de propósitos e de colaboração ativa, em favor do progresso e do bem-estar das populações da região.

Senhor Presidente,

Na concretização dos ideais de paz, justiça e desenvolvimento, que condicionam as relações internacionais

do Brasil, o fortalecimento de nossos vínculos com os países irmãos assume importância suprema.

Nossa concepção de solidariedade latino-americana baseia-se no prevalecimento da paz duradoura em nossa região; no respeito a nossos vizinhos; na nossa disposição de trabalhar pelo entendimento; e de tudo fazer para tornar nossas relações mais íntimas e mutuamente proveitosas.

Coincidências fundamentais marcam a ação de nossos dois países.

Estamos entre os que lutam pela liberdade, pela justiça social, e pelo respeito aos direitos humanos.

Defendemos uma ordem econômica internacional, nova, mais justa. Assim como continuaremos a levantar nossas vozes em defesa do direito soberano de todos os países de proteger seus recursos naturais e deles livremente dispor.

Demonstramos, sempre, nosso empenho em lograr o ordenamento mundial dos recursos marítimos, de forma a assegurar a proteção dos interesses dos países em desenvolvimento.

Coincidimos, também, em atribuir importância essencial ao pleno acesso de todos à ciência e à tecnologia.

Em suma, Senhor Presidente, rejeitamos no passado, assim como não poderemos aceitar, no futuro, o desenrolar da história necessariamente em benefício de uns países, e sempre em detrimento de outros.

A vinda de Vossa Excelência ao Brasil ocorre pouco depois de haver-se reunido com os presidentes dos países integrantes do grupo Andino. Desejo expressar-me, por isso, a disposição brasileira de estabelecer, com o conjunto das nações andinas, um diálogo sistemático, no sentido de propiciar, a breve prazo, melhor identificação

de nossos interesses políticos, econômicos e comerciais comuns.

Sublinho a intenção brasileira de fortalecer os mecanismos operacionais da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Sistema Econômico Latino-Americanano.

Senhor Presidente,

Muito deve a América Latina às suas reconhecidas qualidades de homem público e ao elevado descortino de suas concepções.

No plano do estreitamento das relações brasileiro-peruanas, Vossa Excelência exerceu papel importante, em momentos muito significativos.

Irmados nos mesmos ideais e sob o influxo das realizações conseguidas, estou seguro, Senhor Presidente, de que a cooperação entre nossos países alcançará novas e promissoras dimensões.

Com essa certeza, ergo minha taça, em nome da Nação brasileira, pela crescente prosperidade do Peru; pelo progresso de nossas relações; e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Morales-Bermúdez.

15 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DO PERU,
SENHOR FRANCISCO MORALES-BER-
MÚDEZ, POR OCASIÃO DO JANTAR
QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRE-
SIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo:

É para mim especialmente honroso ser portador da mensagem de amizade que o Governo do Peru deseja transmitir a Vossa Excelência e que interpreta fielmente os cálidos sentimentos do povo peruano para com esta Nação vizinha e irmã que é o Brasil. Em nome de minha mulher e das pessoas que me acompanham, quero agradecer a Vossa Excelência a generosa hospitalidade com que nos brindam nesta visita, que reafirma o alto nível alcançado pelas relações entre o Peru e o Brasil.

Há poucas décadas, porém, nossos países viviam e cresciam voltando o esforço criador para o seu litoral. Durante muito tempo, favorecemos o contorno marítimo e as zonas adjacentes, que atraíram grandes contingentes humanos, seduzidos pela ilusão de uma prosperi-

dade que julgaram ser certa. Peruanos e brasileiros compartilhamos, de alguma forma, essas frustrações e esses desequilíbrios populacionais, em prejuízo de um aproveitamento mais integral de nossos territórios e de uma vinculação mais ativa numa vasta região que ainda encerra mistérios para países como o Peru e o Brasil, cuja presença ali é determinante.

A mesma geografia que nas etapas iniciais de nossas repúblicas constituiu um espaço remoto de escassa gravitação, foi gradualmente dando lugar a uma aproximação que tem atualmente dimensões significativas e projeções novas para cada país. O apoio que resolutamente estendemos, Peru e Brasil, ao processo de cooperação amazônica, tem um sentido comum que é o Rio Amazonas e se nutre de vitais fatores de complementaridade que se projetam no tempo e no espaço. É Alberto Ulloa, renomado internacionalista peruano, quem expressa melhor o que esse vértice físico do projeto que vamos empreender representou em nossa História comum: «... o destino geográfico e histórico do Amazonas contribui poderosamente para fazer desse rio o símbolo daquela vida de relação peruano-brasileira...».

Nos últimos anos, assistimos a uma alentadora diversificação das relações peruano-brasileiras. Assinamos numerosos acordos de benefício recíproco, que têm por finalidade acentuar o conhecimento mútuo, promover o intercâmbio técnico e comercial e assentar as bases para explorar novos campos de convergências.

Na agricultura, na pesca, na indústria e na mineração, para citar alguns exemplos específicos, nossos países têm oportunidade de somar experiências ao simples fluxo de produtos. Estudantes dos dois países, em

número crescente, se beneficiam das possibilidades de ampliar seu horizonte educativo devido a um proveitoso programa de bolsas de estudo que em breve se estenderá aos setores técnicos do Peru e Brasil. Nosso intercâmbio comercial aumentou consideravelmente, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Em poucas palavras, assentamos a relação peruano-brasileira sobre novas bases e estamos fazendo com que a amizade sem sombras que caracteriza secularmente a vinculação entre nossos países, adquira um conteúdo concreto de realizações em diversos campos.

Enriquecidas assim as relações entre nossos países, abrem-se perspectivas muito interessantes de trabalho comum e mútuo benefício. Nosso compromisso agora tem que orientar-se com uma vocação de constância para essas políticas.

Não há dúvida que o problema mais inquietador de nosso tempo é aquele que compromete nossos recursos, nosso desenvolvimento, nossa própria sobrevivência. A agudização do desequilíbrio econômico, em escala mundial, estabeleceu uma clara diferença entre os Estados privilegiados, aqueles que possuem a tecnologia, os que regulam os preços das matérias-primas, os que põem seus maiores custos econômicos e sociais em suas exportações, os que restringem seus mercados e os Estados que, ainda que débeis e desarticulados, suportam o peso dessa arbitrariedade. O Terceiro Mundo é consequência direta desta diferenciação essencial na vida dos povos.

Consumimos inutilmente valiosas iniciativas e esforços imaginativos no legítimo empenho de romper uma ordem internacional que favorece a acumulação desme-

dida de riqueza e bem-estar nos países mais desenvolvidos e que deixa nossos povos à margem de grandes decisões que afetam a vida internacional.

É preciso admitir que nos equivocamos com a estratégia de negociação com os países industrializados na UNCTAD e o diálogo Norte-Sul. Interviemos nesses fóruns persuadidos de que as potências mundiais também tinham a chave conceitual do desenvolvimento e que somente à sombra delas era possível conseguir o bem-estar. Vamos reformular nossa ótica e adquirir uma identidade própria no campo político, social e econômico, de forma a surgir, sem obstáculo nem condicionamentos, uma posição muito firme de países em desenvolvimento e decididos a eliminar a expectativa de um futuro sombrio e incerto para seus povos.

Peru e Brasil compartilham numerosos pontos-de-vista sobre a complexa problemática do desenvolvimento e estão conscientes da necessidade de converter o Terceiro Mundo numa força atuante na comunidade internacional. Esse nível de entrosamento só pode ser alcançado se enriquecermos os canais de entendimento entre os países em desenvolvimento, intensificarmos o comércio, ampliarmos o intercâmbio cultural, oferecermos tecnologia e cooperação, resgatarmos valores próprios e elementos autônomos que nos ajudaram a compreender que é possível construir uma vida digna de identidade definida, sem ter que nos fecharmos irreversivelmente dentro de modelos sócio-econômicos que são alheios ao nosso espírito e nossa realidade.

Para servir a estes propósitos, dispomos de um adequado esquema regional de cooperação que, devidamente reforçado em suas atribuições e seu espectro de ação,

poderia contribuir eficazmente a convocar a solidária conjugação de vontade que se requer para articular, consistentes posições conjuntas. Neste esforço que constitui um imperativo histórico desejado e adiado há muito tempo, nossa região começa a organizar-se com base em esquemas de integração e experiências superiores de cooperação. Nesta nova fase a que se vem adequando com elogiável agilidade todo o potencial de nossas instituições pioneiras como SELA e ALALC, há de ser determinante a voz, a presença e a decisão do Brasil, país chave do reordenamento e a inexorável grandeza futura do subcontinente latino-americano.

Contribuíram para esse fim os canais de diálogo que se abrem a partir de novas experiências regionais. Neste sentido, a mensagem dos países do Grupo Andino, do qual é portador o Peru, se inscreve dentro de um propósito de afirmar a unidade da América Latina através de uma vinculação mais efetiva e da identificação de interesses comuns.

As importantes projeções do processo de cooperação amazônica, em cujas bacias se situam todos os países do Grupo Andino e o dinamismo que aporta ao comércio regional, a consolidação do esquema sub-regional nos leva à convicção de que estamos assistindo ao início de uma etapa de coordenações que dará real vitalidade aos ideais e objetivos latino-americanos.

Senhor Presidente,

Nas relações entre Brasil e Peru há uma constante história que é verdadeiramente exemplar: nossa inalterável disposição ao diálogo e ao compromisso, que se manifesta nos instrumentos que deram forma ao reto orde-

namento jurídico pelo qual flui nossa atual vinculação. Estamos com o mesmo rigor, em uma tradição que enaltece nossa vocação de povos respeitosos do direito e da justiça, todos os instrumentos de que somos partícipes e que regem a vida internacional do continente.

Reunidos nesta ocasião para registrar com satisfação o progresso notável das relações peruano-brasileiras, esperamos dar um renovado impulso aos mecanismos que as sustentam a estabelecer com imaginação novas formas de aproximação e entendimento. A boa-vontade que presidiu sempre à relação entre estas nações irmãs será nossa melhor guia no futuro.

Sáudo o Brasil, país que começa a realizar a antiga promessa do novo mundo e que encarna uma forma perfeitamente discernível da personalidade latino-americana, cuja projeção no âmbito internacional constitui, há muito tempo, uma força criadora e renovadora de crescente transcedência e responsável tradição no difícil processo de converter o sistema internacional em um instrumento capaz de realizar um mundo de bem-estar e eqüitativa interdependência.

O que fizermos o Peru e o Brasil, o que fizermos os países andinos e o Brasil, o que fizer o conjunto dos países do Tratado Amazônico, haverá de marcar de maneira substancial e provavelmente irreversível o futuro do Continente Sul-americano, as características de cooperações que ali se estabeleçam e a projeção final política do conjunto na construção futura de uma América Latina dentro dos ideiais de integração e do solidário pacto de posições ante os problemas decisivos do Mundo contemporâneo.

Por tudo isso, desejo rogar a Vossa Excelência me
acompanhe num brinde pelo elevado e promissor destino
de nossas relações, pela prosperidade do povo brasileiro
e por vossa ventura pessoal.



16 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA E DO TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E O PERU

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru,
Francisco Morales-Bermúdez:

A unidade nas idéias e nos objetivos foi a marca harmoniosa e constante da visita de Vossa Excelência ao Brasil. Os atos ora firmados dão plena e concreta expressão aos nossos entendimentos, nos planos mundial, da América Latina e das relações bilaterais.

Síntese da posição internacional do Brasil e do Peru, a Declaração Conjunta, que acabamos de assinar, consubstancia um vasto campo de coincidência.

Seu fundamento deriva dos grandes princípios estabilizadores e promotores da convivência internacional, em cuja elaboração foi sempre decisiva a participação da diplomacia latino-americana. Estende-se, igualmente, aos principais problemas do Mundo contemporâneo: a energia; a nova ordem econômica internacional; o direito do mar; o desenvolvimento e a soberania.

Diante de todas essas questões, reiteramos nossa fé em soluções efetivas, justas e dignas.

A recusa ao immobilismo inspira, da mesma forma, nossa visão da atualidade da América Latina, e o crescente vigor das estruturas da cooperação e da integração. Duas dessas estruturas mereceram atenção especial neste encontro: o desenvolvimento da colaboração entre o Brasil e o grupo andino, e a implementação do Tratado de Cooperação Amazônica.

A aproximação brasileiro-andina constitui, para os dois lados, meta de igual prioridade. Isso ficou patente na troca de mensagens por ocasião do décimo aniversário do Acordo de Cartagena e no ânimo positivo dos representantes andinos reunidos no Panamá.

Dessa espontânea convergência de aspirações começam a surgir, com o convite aos membros da Junta para visitar o Brasil, medidas operativas e eficazes de colaboração.

Um ponto alto da colaboração é o expressivo documento a que demos o nome de «Ata de Brasília». Ele traduz, de forma eloquente, a coincidência de inspirações e metas que anima a aproximação entre o Brasil e os países andinos. Abre, ao mesmo tempo, novas perspectivas, ao inaugurar o diálogo entre o Governo brasileiro e o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, órgão dos mais importantes no processo de crescente projeção do grupo dos países do Acordo de Cartágена.

Assinalo, de igual maneira, o depósito hoje efetuado, pelo Peru, do instrumento de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica. Com esse ato da prática diplomática, vejo aproximar-se um novo capítulo do desenvolvimento da Amazônia. Para nós, a Hiléia deve ser o ponto focal de contatos e de colaboração entre o Brasil e os países andinos e as Guianas.

Ao mesmo tempo em que afirmam sua presença atuante, nos foros mundiais e da América Latina, o Brasil e o Peru criam, com imaginação, laços bilaterais mais vigorosos e dinâmicos. Dois encontros presidenciais em menos de três anos atestam a vitalidade de nossas relações.

Sobre tal base, estamos construindo uma cooperação modelar, expressa nas iniciativas da Comissão Mista para a Amazônia; nos projetos de interligação rodoviária; e nos convênios de navegação e comércio.

No curto período de 1971 a 1976, fomos capazes de quintuplicar nosso intercâmbio comercial. Desde 1977, o Brasil vem-se tornando significativo mercado para os produtos peruanos.

Cada um desses avanços foi preparado por entendimentos entre os dois Governos, traduzidos, entre outros, nos quatorze acordos firmados em 1976, no encontro da fronteira, com a participação de Vossa Excelência. Registro, com satisfação, estarem todos eles em vigor e em execução.

A extraordinária intensificação dos vínculos passou assim a exigir, em contrapartida, um arcabouço institucional correspondente. A visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, proporciona a grata ocasião de atender a essa necessidade, mediante a celebração do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Peru.

Instrumento de escopo global, o Tratado ordena, em toda a sua complexidade e riqueza, a ampla gama de temas bilaterais, e constitui roteiro seguro e programático para o desenvolvimento futuro das relações entre os dois países.

Seria demasiado longo enumerar-lhe aqui todos os aspectos. Basta, por isso, indicar três de suas características básicas. A primeira é a consolidação de meca-

nismos permanentes de colaboração e consulta, agora consagrados em ato jurídico formal.

Seu segundo traço é a ênfase na vocação amazônica de ambos os países, cujo relacionamento sempre refletiu a prioridade dedicada ao grande rio e à região de sua influência.

Em terceiro lugar, o Tratado procura captar e orientar a recente tendência no sentido da expansão crescente e acelerada das nossas relações nos domínios econômico, comercial, científico, cultural, tecnológico, turístico e tantos outros.

Naturalmente, os atos formais são importantes e in-substituíveis na vida dos povos e das nações. Entretanto, a profundidade e a permanência de nossa amizade proclamam-se ao Mundo na vizinhança cordial e tranquila de nossas populações, ao longo dos três mil quilômetros da fronteira amazônica, que compartilhamos pacificamente.

Senhor Presidente,

O esboço rápido de nossas conversações é suficiente para demonstrar a vastidão do terreno coberto. Recolhendo o essencial destes entendimentos, os atos hoje celebrados assinalam nova etapa no fortalecimento constante dos laços entre nossos países.

Ao agradecer uma vez mais a presença com que nos honra em Brasília, quero testemunhar a Vossa Excelência o nosso apreço pelo papel que pessoalmente lhe coube no progresso dessas relações. Afirmo, também, minha convicção de que deste encontro há de resultar um impulso adicional, no sentido da compreensão cada vez maior e do reforço da amizade fraterna entre os povos do Brasil e do Peru.

Muito obrigado.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-PERU

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-PERU, ASSINADA NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM BRASÍLIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1979, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E FRANCISCO MORALES-BERMÚDEZ CERRUTTI.

Atendendo a um cordial convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República do Peru, General-de-Divisão E.P. Francisco Morales-Bermúdez Cerrutti, realizou visita oficial ao Brasil, entre os dias 15 e 17 de outubro de 1979.

A visita representou uma nova demonstração da tradicional e fraterna amizade entre as nações brasileira e peruana e dos propósitos dos dois países de intensificarem e ampliarem a colaboração entre eles existente.

O Presidente do Peru fez-se acompanhar de Suas Excelências os Senhores:

- Embaixador Carlos García-Bedoya, Ministro das Relações Exteriores;
- Doutor Javier Silva Ruete, Ministro da Economia e Finanças;

- General-de-Brigada E.P. César Rosas Cresto, Ministro da Habitação e Construção;
- General-de-Brigada E.P. César Iglesias Barrón, Chefe da Casa Militar do Senhor Presidente da República;
- Embaixador José Carlos Mariátegui, Embaixador do Peru no Brasil;
- Embaixador Felipe de Bustamante Denegri, Sub-secretário de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Jaime Cacho Souza, Diretor-Geral do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Roberto Villarán Kaechlin, Diretor de Relações Econômicas Latino-americanas e Integração do Ministério das Relações Exteriores; e
- Ministro de Primeira Classe, Luis Macchiavello Amorós, Secretário-Geral da Presidência da República.

Em Brasília, os dois Chefes de Estado mantiveram amplas e amistosas conversações sobre diversos aspectos da atualidade internacional de interesse para os dois países. Deram particular atenção à situação da América Latina e à necessidade de paz na região e de um eficaz entendimento para assegurar a defesa de seus interesses e aspirações comuns e de sua posição no mundo.

O Presidente do Peru foi recebido, em sessão solene conjunta pelo Congresso Nacional, bem como, em sessão solene, pelo Supremo Tribunal Federal.

Os dois Chefes-de-Estado salientam a atmosfera amistosa e o espírito construtivo em que decorreram seus entendimentos e, sob essa inspiração, decidem subscrever a seguinte Declaração Conjunta:

As duas Partes expressam sua convicção de que a visita constitui marco importante nas relações entre os dois países e que gera novo impulso para a crescente cooperação em todos os campos.

Reafirmam que todos os Estados têm direito à sua plena realização no seio da comunidade internacional, com base na igualdade soberana, no respeito mútuo entre os Estados, no direito à integridade territorial dos mesmos, na renúncia à ameaça ou ao uso da força, na autodeterminação dos povos, no fiel cumprimento dos Tratados, na não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados e na solução pacífica das controvérsias. Em concordância com estes princípios, reafirmam a inquebrantável vocação dos povos brasileiro e peruano para um desenvolvimento integral, independente e soberano.

Reiteram o apoio de seus Governos à Organização das Nações Unidas, para alcançar seus propósitos fundamentais de manutenção da paz e segurança internacionais, e o desenvolvimento da cooperação internacional, e ressaltam que o atingimento de tais objetivos demanda o fortalecimento institucional e orgânico do principal fórum da comunidade mundial. Concordam em aperfeiçoar as consultas e a cooperação entre os dois países no âmbito daquela Organização e em outros fóruns multilaterais. Reiteram, ademais, a decisão que inspira a política de ambos os países de opor-se a todas as formas de colonialismo, dominação e dependência política ou econô-

mica entre Estados, bem como a todas as formas de discriminação racial.

Ao intercambiar pontos de vista acerca da situação internacional, expressam seu firme propósito de continuar empreendendo esforços para a consecução do ideal de paz, que inspira a seus respectivos países, e declaram sua crença na necessidade de uma maior participação das nações em vias de desenvolvimento na adoção das decisões que afetam a comunidade internacional em seu conjunto.

Renovam, nesse sentido, seu decidido apoio à intensificação das negociações com vistas a alcançar o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional.

Proclamam o interesse de seus Governos na criação, para seus produtos, de melhores condições de acesso aos mercado dos países desenvolvidos, mediante a concessão, por esses países, de um tratamento diferenciado e mais favorável a todos os países em desenvolvimento. Afirmam, igualmente, o pleno direito de todos os Estados de acesso aos benefícios resultantes dos avanços da ciência e da tecnologia.

Ressaltam a necessidade de uma transformação qualitativa na estrutura internacional e sublinham a vontade comum de conjugar esforços para o estabelecimento de um novo ordenamento internacional político, social, econômico e tecnológico, mais justo e equitativo.

Reafirmam a adesão de seus países ao princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, para promover seu desenvolvi-

mento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo.

Ratificam a necessidade de empreender os mais amplos esforços para reestruturar o comércio internacional dos produtos de base, a fim de obter preços justos e remuneradores para as exportações dos países em desenvolvimento e aumentar seu grau de processamento interno. Nesse sentido, reiteram seu apoio ao Programa Integrado de Produtos de Base.

Os dois Presidentes salientam ser a solução do problema energético vital para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento. Concordam em que o exame das bases para uma Nova Ordem Econômica Internacional deve levar em conta o problema energético em conjunto com outras questões de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, particularmente a situação das matérias-primas, o acesso aos mercados dos países desenvolvidos e a questão monetária internacional. Ressaltam, ademais, que a comunidade internacional deve realizar esforços para desenvolver, ao máximo, fontes renováveis de energia o que terá impacto positivo sobre a economia de grande número de países em desenvolvimento. Os dois Presidentes concordam em que seus Governos manterão contatos com vistas a examinar a situação energética mundial e os meios de superar os problemas existentes.

Reafirmam o compromisso do Brasil e do Peru de contribuir para o fortalecimento, ainda maior, da unidade e da solidariedade do Grupo dos 77, com cujas aspirações e propósitos estão plenamente identificados.

Neste sentido, convêm na necessidade de que as nações do Terceiro Mundo desenvolvam formas de cooperação horizontal nos campos econômico, científico e técnico, entre outros, coordenem seus esforços e promovam o fortalecimento de sua autoconfiança individual e coletiva, com o objetivo de colocar sobre bases sólidas a retomada do diálogo Norte-Sul e as metas mais urgentes de um novo ordenamento internacional político, social, econômico e tecnológico mais justo.

Reafirmam a determinação de seus Governos de defender os direitos de soberania e jurisdição sobre os mares adjacentes às costas de seus respectivos Estados e sobre o solo e subsolo desses mares, até o limite das 200 milhas; e sobre a plataforma continental que se estenda além desse limite, sem prejuízo das liberdades de comunicação internacional; e de promover a criação de uma autoridade dotada de poderes suficientes para administrar a zona internacional dos fundos marinhos como patrimônio comum da Humanidade, levando em conta os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Com esse objetivo, acordam em prosseguir a coordenação de seus Governos, com vistas a obter que os países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar realizem os esforços necessários para que, no próximo ano, a Conferência adote uma convenção inspirada nesse objetivo de importância fundamental para assegurar a paz, a justiça e a cooperação dos Estados no espaço oceânico.

Concordam em que a adoção por qualquer Estado de ações inconsultas nas zonas de jurisdição nacional de outros Estados ou de ações unilaterais sobre a zona dos fundos marinhos fora dos limites da jurisdição nacional

não só violaria o Direito Internacional, mas também poderia ter o efeito de comprometer o bom andamento das negociações para uma Convenção Universal.

No âmbito hemisférico, os dois Mandatários procederam a uma avaliação global do desenvolvimento das relações interamericanas e coincidem na necessidade de prosseguir os esforços para o aperfeiçoamento da cooperação interamericana e para adequar os mecanismos da Organização dos Estados Americanos à nova dinâmica política e econômica das relações hemisféricas.

Expressam, outrossim, sua confiança em que as decisões que forem adotadas ao ensejo da próxima sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), haverão de traduzir-se pelo fortalecimento do referido organismo e em sua melhor e mais eficaz contribuição para a convivência harmônica e para a cooperação entre os países do continente.

Ao passar em revista, com especial interesse, a situação na América Latina, destacaram, num espírito de estrito respeito à soberania do Estado, a relevância dos esforços nacionais em favor da democracia, da liberdade e da justiça social, assim como do desenvolvimento econômico, e afirmaram que a garantia do respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades fundamentais é um dos objetivos básicos de seus Governos.

Reiteram sua intenção de fortalecer os mecanismos operativos de integração e cooperação econômica entre os países latino-americanos. Reconhecem, ademais, a importância dos esquemas de integração sub-regionais, tais como o Acordo de Cartagena, o Mercado Comum Centro-Americano e a Comunidade do Caribe, para a

aceleração do processo global de integração latino-americana, com vistas a obter uma equitativa distribuição dos seus benefícios e resultados.

No contexto de uma ampla coincidência no que diz respeito à necessidade de conjugar esforços a nível regional, de modo a tornar viável o fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de integração e cooperação, os Presidentes reafirmam o seu mais decidido apoio ao Sistema Econômico Latino Americano (SELA), mecanismo flexível e eficaz no campo dos projetos de cooperação econômica e para concertar, nos casos apropriados, iniciativas que valorizem a capacidade de ação conjunta dos países latino-americanos no âmbito internacional.

Em tal sentido, concordam em estimular a participação de seus respectivos países nos mecanismos operativos do Sistema.

Ressaltam, ademais, a instalação no Brasil da sede do Comitê de Ação sobre a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) o que constitui um valioso mecanismo de cooperação latino-americana.

O Presidente do Brasil expressou, ademais, ao Presidente do Peru seu regozijo pela recente eleição, por unanimidade, do Embaixador Carlos Alzamora para exercer o cargo de Secretário-Permanente do SELA. O Presidente do Peru agradeceu ao Presidente do Brasil por esta manifestação de simpatia, assim como pelo decidido e oportuno apoio que o Governo do Brasil prestou ao candidato peruano.

Ante o próximo término do período de transição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, os dois Presidentes concordam em que a marcha da inte-

gração latino-americana, objetivo no qual coincidem amplamente, exige uma nova dinâmica que, levando em conta a realidade atual das Partes Contratantes e do Continente como um todo, deve traduzir-se, precisamente, no novo esquema que surja do processo de reestruturação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Com esse fim, reafirmam seu decidido apoio ao processo de reestruturação da Associação, de acordo com os parâmetros e programas de trabalho fixados pela Resolução 370, da XVIII Conferência das Partes Contratantes.

Com esse propósito, coincidem na necessidade de constituir-se um esquema de integração que possa contribuir para a eficaz consecução dos objetivos integracionistas do Continente. Neste contexto, deve-se considerar inaceitável a prorrogação do mencionado período de transição; deve-se procurar que os novos mecanismos sejam concebidos de modo a facilitar a continuação e o fortalecimento do processo de integração sub-regional andino, e permitir às outras Partes Contratantes a liberdade de ação que ditarem seus respectivos interesses.

Expressam profunda satisfação pela «Ata de Brasília» que o Presidente do Brasil e o Presidente do Peru, investido pelo Mandato do Panamá da representação dos Chefes-de-Estado dos países do Grupo Andino, subscreveram nesta mesma data e que fixa as bases para a vinculação entre a enriquecida do Grupo Andino e a ativa participação do Brasil no processo tendente à unidade latino-americana.

Coincidem plenamente na conveniência de estabelecer um diálogo entre o Brasil e os países do Grupo Andino e, com esse propósito, o Presidente do Brasil aceita com especial agrado e interesse que o Chanceler do Brasil se reúna em Lima com o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, a instituir-se proximamente; por seu lado, o Presidente do Brasil fez menção ao convite que estendeu à junta do Acordo de Cartagena para que seus integrantes visitem o Brasil.

Ambos os Mandatários expressam sua segurança de que os vínculos a serem estabelecidos ajudarão a ampliação do processo de cooperação e integração regional, servirão de sustentação à convergência de vontades políticas comprometidas com os ideais latino-americanos e conduzirão a níveis superiores de entendimento que os projetem, com vigor renovado, no cenário mundial.

Ao reiterarem seu empenho na criação de um mecanismo regional de aproximação e colaboração entre os países amazônicos, os dois Presidentes reafirmam o apoio de seus Governos ao Tratado de Cooperação Amazônica e manifestam sua aspiração de que o tratado possa, em breve, servir de instrumento para um processo de cooperação em benefício de todos os integrantes da região.

Neste contexto, os dois Presidentes se congratulam pela feliz circunstância de que, com este encontro, tenha coincidido o depósito, pelo Governo do Peru, do instrumento de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, o que constitui um novo e decisivo passo para sua entrada em vigor.

Os dois Presidentes se comprazem em verificar a decidida vontade de seus Governos de enriquecer e aprofundar os laços de amizade e vizinhança que tradicionalmente têm unido o Brasil ao Peru. Verificam, ousos-sim, com viva satisfação, que o desenvolvimento das relações mútuas se caracteriza pelo comum desejo de manter um harmonioso entendimento, como exemplo do tradicional respeito que devotam à convivência pacífica e proveitosa entre as nações.

Recordam, com satisfação, o histórico encontro de Tabatinga, de 5 de novembro de 1976. Naquela oportunidade foram assinados numerosos e importantes acordos, bem como trocados instrumentos de ratificação de convênios. Assinalam que esses instrumentos permitirão intensificar e ampliar programas de cooperação mutuamente proveitosos e manifestam a firme intenção de continuar dando-lhes implementação prática, em benefício mútuo.

Nesse sentido e levando em conta o expressivo conjunto de acordos que rege e vitaliza o campo de suas relações bilaterais e o interesse de sistematizar, num quadro de maior hierarquia, os princípios orientadores da cooperação, em consonância com o alto nível atingido por suas relações, salientam, com satisfação, a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação. O referido instrumento consagra o quadro global em que se pautarão as iniciativas conjuntas e cria condições novas e dinâmicas ao relacionamento brasileiro-peruano. Estabelece um mecanismo permanente de consulta, informação e cooperação em questões internacionais e em matéria de interesse comum. O Tratado estabelece, igualmente, a Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, com a fi-

nalidade de avaliar, coordenar, acompanhar, promover e incrementar o processo de cooperação bilateral, assim como servir de foro de consulta e coordenação entre os dois países.

O Presidente Figueiredo e o Presidente Morales-Bermúdez efetuaram uma análise da estrutura e evolução do comércio recíproco nos últimos anos e concordaram em que, se bem que este tenha alcançado um nível importante, seria ainda necessário empreender esforços especiais para alcançar os maiores aumentos possíveis em ambos os sentidos.

Com esse objetivo, assinalam que o Grupo Misto de Comércio, integrado por representantes das entidades responsáveis pelo comércio exterior de ambos os países, deve reunir-se o quanto antes, com o objetivo de estimular o crescimento e a diversificação do intercâmbio de produtos de base e de manufaturados, no âmbito do Convênio Comercial e do Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos e de outros que possam ser acordados com o mesmo fim. O referido Grupo deverá dedicar-se prioritariamente ao estudo dos setores mais dinâmicos nas relações comerciais entre os dois países.

Neste sentido, ressaltam que constituem passos importantes a abertura em São Paulo, de um escritório da MINEROPERU COMERCIAL (MINPECO) e o propósito de o Peru de estabelecer um Escritório Comercial no Rio de Janeiro.

O Presidente do Peru anunciou o oferecimento ao Governo brasileiro de uma linha de crédito de US\$ 20 milhões para a aquisição de produtos peruanos não-tradicionais, matéria a ser oportunamente considerada pelos Bancos Centrais de ambos os países.

Os dois Presidentes manifestaram, outrossim, sua satisfação pela eficaz utilização das linhas de crédito concedidas pelo Governo brasileiro ao Governo peruano.

Destacam, igualmente, a importância de convocar, o quanto antes, o Grupo Misto de Projetos de Investimentos e o Grupo Misto de Cooperação Industrial, de acordo com o previsto na Quarta Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, para que, entre outros assuntos, os dois países intercambiem, de forma permanente e sistemática, informações sobre seus respectivos programas de investimentos; e para que identifiquem as possibilidades de uma complementação industrial que inclua a real possibilidade de investimentos conjuntos, com vistas a desenvolver uma política de cooperação econômica a longo prazo coerente e inter-relacionada.

Os dois Presidentes coincidem, também, em prosseguir os esforços tendentes a materializar o Acordo efetuado por troca de notas de 5 de novembro de 1976, relativo à ação conjunta de uma empresa mineira especial destinada a realizar atividades no setor do cobre. Nesse sentido, o Presidente Morales-Bermúdez informou o Presidente Figueiredo sobre os diversos projetos de exploração atualmente existentes no Peru, dos quais o Brasil poderia participar. Por sua vez, o Presidente Figueiredo considerou com interesse o que lhe foi expressado pelo Presidente do Peru e manifestou que encarregaria os organismos brasileiros competentes de realizar os estudos que permitam adotar, com maior rapidez, uma decisão sobre o particular, levando em conta o pro-

pósito comum que anima os dois países de desenvolver sua cooperação no setor do cobre.

O Presidente Morales-Bermúdez anunciou o propósito do Governo peruano de reiniciar as vendas de petróleo ao Brasil. Outrossim, o Chefe de Estado peruano ofereceu ao Governo do Brasil a possibilidade de que a BRASPETRO participe, sob um contrato de associação com a PETROPERU, da prospecção e da exploração petrolífera na plataforma continental peruana.

Os dois anúncios foram recebidos com especial satisfação pelo Presidente Figueiredo, o qual manifestou que tomaria as medidas cabíveis, a fim de encaminhar devidamente as negociações respectivas.

Os dois Presidentes preconizam o aperfeiçoamento da cooperação a nível de bancos nacionais, considerados os interesses de ambos os países.

Os Presidentes congratulam-se pela assinatura dos contratos de financiamento de US\$ 89 milhões, outorgado pelo Banco do Brasil a COFIDE-ELECTROPERU para a execução, por uma empresa construtora brasileira, de obras civis e de infra-estrutura da hidrelétrica peruana de Charcani V, cuja construção constitui um exemplo edificante de cooperação entre países em desenvolvimento e um marco relevante nas relações econômicas entre o Brasil e o Peru.

Os Presidentes reiteram o interesse em desenvolver, de forma crescente, as atividades de cooperação técnica entre os Governos brasileiro e peruano e, nesse sentido, reafirmam o desejo de continuar o intercâmbio no setor da Capacitação para o Desenvolvimento da Indústria da Polpa para Papel, conforme recomendação aprovada

durante a I Reunião da Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, realizada em Iquitos, em junho de 1977, e renovada ao ensejo da IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, em Brasília, em julho de 1977.

No amplo aspecto que compreende a atual cooperação Brasileiro-Peruana, ambos os Mandatários verificaram com satisfação a eficaz execução do Acordo de Intercâmbio Cultural celebrado em 1973; no tocante ao programa de concessão mútua de bolsas de estudo. Sobre o particular, o Presidente Morales-Bermúdez anunciou que, no ano letivo 1980 o Peru receberá em suas universidades 35 estudantes-convênio brasileiros. Por sua vez, o Presidente Figueiredo declarou que, no mesmo ano, o Brasil receberá 118 estudantes-convênio peruanos. Convencidos, outrossim, que é mister aproveitar o rico patrimônio tradicional que possuem ambos os povos em favor de um relacionamento ainda maior neste campo, os Chefes-de-Estado proclamam seu apoio ao desenvolvimento de iniciativas capazes de intensificar o intercâmbio de valores culturais e artísticos representativos do Brasil e do Peru. Neste sentido, estimularão a realização em Lima de uma Exposição do Livro Brasileiro.

Dentro do mesmo espírito, os Presidentes assinalam a importância de convocar, o quanto antes, a Comissão Mista Cultural Brasileiro-Peruana, para que examine devidamente todos os assuntos culturais de interesse de um e outro país.

Expressam o interesse de ambos os países de intensificarem os fluxos turísticos recíprocos, através da exe-

cução do Convênio de Cooperação Turística, assinado em 7 de novembro de 1975.

Levando em conta a importância da vinculação entre o Brasil e o Peru, derivada do fato de serem ambos importantes ribeirinhos do Rio Amazonas, o que exige fórmulas de colaboração que correspondam a esta condição especial e que traduzam o desejo comum de compartilhar as experiências de seus Governos, no que concerne à promoção do desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos, os dois Presidentes assumem o compromisso de recomendar às entidades nacionais responsáveis que se dê atenção preferencial às propostas e resoluções que emanem da Comissão Mista de Cooperação Amazônica, criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação, firmado por ocasião desta visita, e que substitui a Subcomissão Brasileiro-Peruana para a Amazônia.

Com esse propósito, o Presidente Morales-Bermúdez anunciou que o Governo peruano indicou, como área amazônica de cooperação prioritária, a zona compreendida entre Iñapari—Ibéria—Puerto Maldonado, aduzindo que, com esse fim, determinou que, nos planos viários do Peru para a região amazônica, dar-se-á prioridade à conclusão das obras da rodovia Puerto Maldonado—Ibéria—Iñapari-Rio Acre.

Por sua vez, o Presidente Figueiredo expressou que recomendará à Delegação brasileira à próxima reunião da Comissão Mista de Cooperação Amazônica a identificação de áreas amazônicas correspondentes de cooperação prioritária em território brasileiro.

Finalmente, comprovam, com satisfação, os resultados auspiciosos da reunião da mencionada Subcomissão

realizada em Iquitos, na qual foram abordados temas específicos de cooperação na região, e assinalam, como fator capaz de dar continuidade a esse esforço comum de desenvolvimento, a próxima reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, programada para celebrar-se na cidade de Belém.

Ao examinar o desenvolvimento dos projetos de interconexão física entre os dois países e, conscientes de que sua materialização como complemento da via fluvial natural constituída pelos rios da região amazônica, permitirá o aproveitamento, em benefício mútuo, do potencial de interrelação econômica representado pela fronteira comum e propiciará a vinculação do Brasil com o Oceano Pacífico e a do Peru com o Oceano Atlântico, concordam em que se proceda em breve à convocação do Grupo Misto de Transporte que considerará a possibilidade de outorgar especiais facilidades em um porto do litoral brasileiro e em um porto do litoral peruano.

Reiteram a estreita e tradicional amizade existente entre o Brasil e o Peru, cimentada em vínculos de ampla e profunda cooperação e, coincidindo com o propósito de incrementar o âmbito de suas relações e atuar de comum acordo dentro da comunidade internacional, decidem dispor que as Chancelarias de ambos os países intensifiquem seus esforços de consulta e coordenação em questões internacionais e em matérias de interesse comum.

O Presidente Morales-Bermúdez manifesta seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções com que tem sido distinguido durante sua muito grata permanê-

cia no Brasil, e expressa, com agrado, que estendeu ao Presidente Figueiredo convite para visitar oficialmente o Peru, o qual foi aceito, com especial satisfação, pelo Mandatário brasileiro.

Ao manifestar sua profunda satisfação pelos vínculos de amizade e entendimento alcançado entre os dois países, os dois Mandatários expressaram sua convicção de que esta enriquecida convergência contribuirá para a formação de um comum futuro latino-americano que reflita sua cabal dimensão internacional, sua comprovada capacidade de entendimento e unidade, a realização efectiva de seu destino histórico, assim como a presença e projeção crescente da América Latina na comunidade internacional.

Feita em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, ambos igualmente válidos e assinados em Brasília, aos 16 dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e nove.

5. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à Venezuela

6 e 7 de novembro de 1979

Caracas

- Discursos do Presidente Luis Herrera Campins
- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos de Personalidades Venezuelanas
- Declaração Conjunta Brasil-Venezuela

06 DE NOVEMBRO
AEROPORTO INTERNACIONAL
CARACAS — VENEZUELA
DISCURSO AO DESEMBARCAR NA VE-
NEZUELA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Venezuela,
Herrera Campins.

Saúdo cordialmente Vossa Excelência, sua Excelentíssima Senhora e o povo irmão da Venezuela. Ao iniciar minha visita oficial, desejo expressar à gente venezuelana, em nome de minha mulher, no meu próprio e no de minha comitiva, a estima, a admiração e o respeito de todos os brasileiros por sua grande pátria.

Herdeira dos latos ideais de Bolívar e símbolo de uma América Latina que progride, a Venezuela de hoje realiza sua vocação de liberdade, democracia e justiça.

Nossos países estão ligados não apenas pela geografia e pela convivência harmoniosa e pacífica ao longo da extensa fronteira comum. Unidos estamos, também, pelas raízes históricas de nossos povos e pelo caldeamento enriquecedor de raças e culturas.

Acima de tudo, porém, o Brasil e a Venezuela estão unidos pela determinação comum de trabalhar, em

conjunto com os demais países irmãos, pela paz e pela prosperidade da América Latina.

Os brasileiros vêm com satisfação este magnífico país encaminhar-se, sob a liderança de Vossa Excelência, para seu lugar de direito na comunidade internacional.

O dinamismo das estruturas econômicas; a mobilidade social ampla e sem entraves; o respeito profundo pelos direitos do homem, são traços constantes da maneira de ser venezuelana. São também inestimáveis elementos de aproximação com a personalidade e a alma brasileira.

Senhor Presidente,

Minha presença na Venezuela é testemunho do muito que nossos Governos já puderam fazer em benefício de nossas relações e do nosso firme propósito de fortalecê-las ainda mais.

O Brasil deseja uma aproximação objetiva e mutuamente benéfica com o Grupo Andino.

O Brasil fará o que lhe couber para que a cooperação amazônica em breve se transforme em nova e dinâmica realidade.

O Brasil se esforçará por uma América Latina unida, integrada, próspera e justa.

É sob a inspiração desses propósitos que chego à terra venezuelana.

Sou extremamente grato pelo convite de Vossa Excelência. E manifesto desde logo o reconhecimento dos brasileiros pela devoção de Vossa Excelência à causa do constante fortalecimento dos vínculos que fazem do Brasil e da Venezuela dois países irmãos para sempre.

Muito obrigado.

06 DE NOVEMBRO
CASA AMARELA
CARACAS-VENEZUELA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República Federativa do Brasil,
João Figueiredo:

Com profunda satisfação o povo e o Governo venezuelanos estão recebendo a visita do Presidente de uma das mais importantes nações latino-americanas, acompanhado de sua distinta esposa e de uma brilhante comitiva. Por isso, quero, em nome do nosso povo, do Governo, de minha esposa e no meu próprio, dar a Vossa Excelência as mais calorosas boas-vindas. Entre nossos dois países existe uma velha e sólida amizade que se reafirmará com sua visita, benéfica também para a comunidade latino-americana, integrada também pelo Brasil e pela Venezuela.

O nome do Brasil desperta na Venezuela sinceros sentimentos de afeto e simpatia. Sua imensa extensão territorial, sua prodigiosa e multiforme geografia, seus incalculáveis recursos humanos e materiais, a pujança e o

espírito empreendedor de seu laborioso povo, fidalgo e hospitaleiro, de cujas mãos vem surgindo de forma ininterrupta e segura uma impressionante organização industrial e cuja inteligência tem dado esplêndidos frutos nos diversos campos das ciências, das artes e das letras e fazem dele um país admirável.

Com essa grande nação que Vossa Excelência presidente temos mantido uma tradição de cordialidade, amizade e colaboração. Temos levado a cabo em um clima de perfeita harmonia, a paciente e difícil tarefa de estabelecer nossa vasta linha fronteiriça em uma remota e inexplorada região.

A história da amizade venezuelano-brasileira remonta à origem de nossas pátrias durante a independência. Já na resposta do Libertador Simón Bolívar ao Senhor Louis Diaz enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S.M. O Imperador do Brasil, ao ser apresentado em Bogotá em 30 de março de 1830, se expressava:

«O Império do Brasil, recentemente criado por seu ilustre Monarca, é uma das garantias mais poderosas que tem recebido as Repúblicas da América, no caminho de sua independência. Dando vosso soberano o formoso exemplo de sujeitar-se espontaneamente à Constituição mais liberal fez-se credor do aplauso e da admiração do Mundo».

Esta citação textual é especialmente oportuna nesta ocasião, porque o Brasil está vivendo um momento análogo ao que mencionou o Libertador.

Assim como em 1830 o Imperador se sujeitou à Constituição mais liberal, da mesma forma na atualidade nosso grande vizinho está realizando importantes transformações institucionais que o incorpora de modo significativo ao processo de democratização que se está levando a cabo na América Latina e o coloca entre os povos que afirmam a convicção de que a democracia e a justiça social são essenciais para a cabal realização do ser humano, cujos direitos devem ser garantidos em toda sua plenitude.

A democracia, como forma política e de vida, suporta a organização social do povo e sua participação para alcançar o bem comum através da justiça social e garantir, com sua presença vigilante, o pleno gozo da liberdade e o absoluto respeito aos direitos da pessoa.

A América precisa de uma proveitosa estabilidade democrática que permita realizar, além dos formalismos institucionais, as fundas reformas sociais que nossos povos esperam, em ação conjunta com seus governos. A estabilidade, como valor político, adquire justificação e projeção enquanto permite a institucionalização da liberdade e da justiça.

A democracia é o caminho preferível para a marcha de nossos povos, para seu progresso e sua solidariedade. Democracia é ordem com justiça e progresso com liberdade.

A amizade entre nossos dois países se tem mantido sem interrupção, não obstante a enorme distância espacial que separa as respectivas capitais.

Para dar testemunho eficiente do alto apreço em que tenho, Senhor Presidente, as relações de toda espé-

cie entre Venezuela e Brasil, em fevereiro do presente ano, antes de haver assumido a Presidência da República e passando por sobre qualquer tradição protocolar enviei a Brasília uma missão de amizade e aproximação, com o objetivo de dar testemunho direto da importância e significação que atribuo ao Brasil, no contexto de nossas relações com os países da América e do mundo, da admiração e afeto e cordial simpatia que nosso povo venezuelano tem pelo povo brasileiro, do propósito de dar continuidade e vigência ao espírito de colaboração que anima as relações entre nossos países e meu desejo de apoiá-las, estimulá-las, diversificá-las e aprofundá-las nos campos em que for possível e orientá-las em todo caso para o máximo benefício comum.

Guiados por uma vontade soberana de harmonia, reciprocidade e fraternal amizade, continuemos dando testemunho para a história do continente da atitude de duas nações adjacentes que buscam e logram, através de uma aproximação fraterna, as metas de uma ampla e positiva colaboração.

Senhor Presidente,

Entre outras aspirações que nos identificam, quero mencionar em primeiro lugar a crescente importância que damos aos processos de integração latino-americana, convencidos de que é o caminho mais adequado para enfrentar e resolver graves e complicados problemas que afetam a comunidade de nossos países e de conjurar os perigos que nos ameaçam. Essa vontade de integração se traduz nos distintos pactos regionais e grupos de países com interesses comuns que nos últimos tempos vêm se formando e que prometem uma integra-

ção global no futuro, que torna realidade um dos maiores desejos de Simón Bolívar a formação de uma grande nação latino-americana, «a maior nação do Mundo, menos por sua extensão e riquezas, que por sua liberdade e glória».

A integração joga um papel decisivo no futuro de nossos povos, em seu progresso e desenvolvimento. cansado de competições desleais e de rivalidades sem fundamento, o Mundo contemporâneo está convencido da importância decisiva da união e do intercâmbio. Este conceito está presente, com a plenitude de sua eficácia, nas grandes realizações internacionais e convoca e mobiliza as forças criadoras de todas as nações. A integração tende em última análise a realização em escala mundial da justiça social para alcançar o bem comum universal, possível quanto todos os povos exerçam ativamente seu direito ao acesso e desfrute da totalidade dos bens produzidos pelo desenvolvimento integrado e harmônico dos recursos humanos e materiais.

Entre esses grupos sub-regionais que acabo de referir-me quero mencionar, pelo que se refere à Venezuela, o Acordo de Cartagena, o Pacto Sub-regional Andino, o Mercado Comum do Caribe e pelo que concerne ao Brasil, o Pacto Amazônico, de crescente extensão e importância e, desde logo, em âmbito maior a ALALC e o Sela. A existência desses organismos e de muitos outros aos quais estão incorporadas nossas nações, são demonstrações evidentes do espírito de integração que nos anima. Para mim é muito satisfatório notar a crescente participação do Brasil neste amplo e fecundo esforço que se está realizando em favor dos processos integracionistas latino-americanos. Quero igualmente expressar

a disposição do meu Governo, quanto ao processo de ratificação a que atualmente se encontra submetido o Tratado de Cooperação Amazônica, para estimular a participação de nosso País no vasto campo da cooperação que ali se contempla, convencido de que esse trabalho é uma mostra clara do propósito de reencontro do Brasil com a porção da América, e ninguém pode esquecer que ou talvez tenha chegado o «Tempo Amazônico», para dar nome, em nossa América, ao século XXI.

Creio também oportuno destacar a excepcional importância que tem a participação do Brasil na promoção de mecanismos e instrumentos de coordenação e concentração a nível regional, para que pretendemos ratificar as gestões iniciadas em Brasília pelo Senhor Presidente do Peru, meu distinto amigo, o General-de-Divisão Francisco Morales-Bermúdez, no intuito de estabelecer uma vinculação efetiva entre o Grupo Andino e o Brasil. Existe um importante conjunto de interesses entre os países do Grupo Andino e o Brasil com respeito aos problemas do desenvolvimento e da nova ordem internacional, coincidências, a partir das quais é conveniente proporcionar entendimentos de maior amplitude, que expusessem às atuais correntes mudanças que requerem o esforço comum de toda a região.

Creamos que a intensificação dos vínculos entre o Grupo Andino e o Brasil deverá refletir-se no incremento substantivo do comércio, no impulso à cooperação amazônica a que antes fiz referência, e no fortalecimento das posições comuns que sustentam nossos países e as negociações econômicas multilaterais, o que deve explicitar-se brevemente em um diálogo do Brasil com o Conselho de Ministros de Relações Exteriores do Siste-

ma de Integração Andina, a ser instituído a 12 de novembro, em Lima.

No terreno propriamente dito de nossas relações comerciais, embora a exportação para o Brasil de petróleo venezuelano tenha sofrido uma progressiva diminuição desde o ano de 1967, essa situação se está modificando com aumentos, também progressivos. Tenho firme esperança de que nossas relações no campo econômico vão experimentar um poderoso impulso, não só no que concerne ao petróleo, mas também em matéria siderúrgica, alumínio, materiais radioativos, desenvolvimento de tecnologia apropriada para o aproveitamento de petróleo pesado e nos terrenos energéticos e tecnológicos em geral.

Múltiplos aspectos podem revestir nossa cooperação em favor de nosso desenvolvimento comum, mediante um coordenado plano de cooperação. Iniciativas de toda natureza podemos empreender em matéria de relações culturais e universitárias, graças ao intercâmbio dos autênticos valores espirituais de nossas nacionalidades, como as realizações sócio-económicas, históricas, científicas, literárias, artísticas e difusão de nossos patrimônios culturais, as visitas de personalidades de grupos científicos e artísticos, e tantas outras atividades que cabem dentro deste vastíssimo setor.

São muitos, Senhor Presidente, os pontos de coincidências acerca da maneira de conceber e interpretar as relações internacionais. Ambos aspiramos a trabalhar com todo nosso empenho para remediar as inaceitáveis injustiças que prevalecem no mundo de hoje, tanto na esfera internacional como no âmbito nacional e interno,

pois não pode existir uma verdadeira paz social enquanto coexistem a opulência e a miséria, enquanto se enfrentem o conhecimento e a ignorância, a generosidade e o egoísmo, a saúde e a enfermidade. Por isso é tema fundamental do meu Governo: lutar sem tréguas com as armas da educação e da produção para superar a marginalidade social e os déficits sócio-econômico-culturais e assim avançar para a conquista do bem comum universal, mediante a vigência efetiva da justiça social, em ambiente de liberdade e democracia.

Tanto no campo filosófico e doutrinário, como no pragmático da realidade econômica e social do mundo contemporâneo, estão claramente definidos os princípios em que há de basear-se a indispensável reestruturação das complexas relações internacionais e os meios adequados para alcançar esse objetivo. É preciso seguir no âmbito internacional, o caminho da união, da conjugação de esforços, da confluência de vontade para lograr a solidariedade humana desejável e possível. Unirmos é a legenda que está na ordem de todos os povos que aspiram conquistar melhor qualidade de vida e um tratamento internacional mais justo que facilite seu progresso.

Todas estas aspirações se resumem na vigência efetiva, e não meramente literal, do princípio de igualdade jurídica entre os Estados. A plena realização dessa igualdade significa o repúdio da vassalagem intelectual e de qualquer outra natureza, o fim da dominação econômica de uns países sobre outros, a desaparição de zonas de influência política, a definitiva erradicação do colonialismo, o acesso tecnológico crescente para evitar qualquer nova e sutil dominação, o comum acesso a bens que são

patrimônio da Humanidade e não privilégio exclusivo de uns poucos. É esta a classe de igualdade; a que de verdade pode ganhar o qualificativo jurídica; é decidir, a quem tem seu fundamento na Justiça, no direito.

Desgraçadamente, todos os Estados não entendem em seu verdadeiro alcance estes conceitos. Não querem alguns dar-se conta que sua vigência não beneficiaria somente aos países pobres e atrasados, uma vez que eliminaria as possibilidades de perturbação da paz, ao fazer desaparecer os violentos contrastes, que são somente de ódio e rivalidade. Os países em desenvolvimento querem viver sem protetores, porém as grandes potências não podem subsistir sem amigos.

Tem sido na América Latina, a partir do mundo onde se iniciou esta mudança de orientação e onde se tem maiores projeções da atualidade. Sem presunção, podemos afirmar que foi neste novo mundo onde se plantou a semente que tem dado magníficos frutos à esfera internacional: aqui tem vigência a solução pacífica das controvérsias, como consequência do predomínio do Direito sobre os ditados da força. Aqui, em suma, se operou a substituição paulatina dos pactos formais por compromissos de boa fé e que serviram de modelo para as Nações Unidas.

Ao proceder deste modo, a América se mantém fiel ao ideal bolivariano projetado em definido propósito de digna, estável e civilizada convivência. Nos corresponde agora converter esse sonho em princípio efetivo de harmonia, em paz cooperativa e em solidariedade continental.

Excelentíssimo Senhor,

Nossos países estão empreendendo, em um momento propício, uma longa jornada por um caminho que forçosamente haverá de conduzi-los a um futuro promissor de solidariedade, de fecundas tarefas realizadas em comum, de união para o esforço, de coordenação de iniciativas. Cada novo contato entre representantes da Venezuela e do Brasil, em níveis distintos, tanto de caráter oficial como privado, será uma nova jornada que nos aproxima para a meta que nos temos proposto. A jornada que hoje iniciamos com sua visita, guardo a esperança de que significará um grande passo adiante.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em tributo a esta convicção e como testemunho do reconhecimento de seus dotes de estadista, de seus méritos individuais, da alta hierarquia de que está investido e de sua amizade para com minha pátria, vou condecorá-lo dentro em breve com a mais alta distinção que a Venezuela oferece: Ordem do Libertador em seu grau supremo, o colar, que só se concede aos Chefes-de-Estado. As insignias da Ordem que foi instituída para honrar a memória do Libertador Simón Bolívar, pai de nossa pátria, por ter sido quem nos converteu em nação soberana e livre são o mais eloquente de nossa leal e fraternal amizade.

Senhoras, Senhores;

Convido a todos os presentes que estão sentados em torno desta mesa da fraternidade venezuelano-brasileira, nesta velha e tradicional Casa Amarela, a erguer nossas taças em homenagem ao nosso ilustre visitante, a sua distinta esposa e a sua brilhante comitiva. Formulamos

os mais calorosos votos pela felicidade pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente do Brasil, da Excelentíssima Senhora de Oliveira Figueiredo e de seus honrados acompanhantes, pelo êxito de sua gestão como governante, pelo bem-estar, a felicidade e a democratização do nobre povo brasileiro e pelo crescente desenvolvimento da amizade e cooperação entre nossas duas pátrias.

06 DE NOVEMBRO
CASA AMARILLA
CARACAS — VENEZUELA
DISCURSO AO SER CONDECORADO
COM O COLAR DA ORDEM DO LIBER-
TADOR

Excelentíssimo Senhor Presidente da Venezuela,
Herrera Campins:

Recebo com especial emoção as insígnias do Colar da histórica Ordem do Libertador, que Vossa Excelência acaba de me impor.

Do ponto-de-vista pessoal, Vossa Excelência me concede uma honra do mais alto significado. No coração e no espírito de todos os brasileiros, seu gesto generoso expressa um importante laço a mais entre nossos dois países.

Sinto-me verdadeiramente feliz por ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar Caracas.

O encontro entre a Venezuela e o Brasil transcorre sob o signo da amizade e da união, como o confirma a acolhida fraterna que estamos recebendo em seu País.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, representa as melhores tradições de seu País e da América Latina. Sob sua direção, a Venezuela descobre caminhos efetivos de

cooperação. Os valores democráticos que sustenta são marcados por sua preocupação constante com a justiça social e com a causa da liberdade.

Nosso entendimento expressa a força da História e de ideais comuns. Para um brasileiro, vir à terra de Bolívar e Miranda é o momento de reviver a grandeza da luta pela independência. De retomar as esperanças bolívarianas. De nelas reencontrar a inspiração das melhores e mais permanentes realizações.

Bolívar comprehendeu, como poucos, as realidades de seu tempo. Pôde expressar com clareza, força e originalidade únicas as aspirações políticas do Continente. E soube, como nenhum outro, através de sua vida de ingentes trabalhos, indicar os caminhos certos para fixar os ideais das nações latino-americanas, na construção do progresso comum.

Na prática do relacionamento bilateral, o Brasil e a Venezuela entendem e aplicam os altos ideais forjados no inicio de nossa vida independente. Vencemos etapas importantes na criação progressiva da unidade latino-americana e do relacionamento continental.

Defendemos a igualdade soberana dos Estados. A autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a necessidade de solução pacífica de controvérsias, e a luta contra todas as formas de hegemonia, são partes integrantes e identificadoras do comportamento internacional dos nossos dois países.

Na luta pelo desenvolvimento econômico precisamos de estabilidade política, para construir a paz e a prosperidade.

Precisamos de sociedades mais justas. Capazes de dissolver os bolsões de pobreza. De distribuir a riqueza

de maneira mais eqüitativa. De manter efetivas e estáveis as formas de participação democrática.

A realização desses objetivos é a essência do ideário latino-americano. Nossa tarefa da hora presente é, portanto, integrar melhor, cooperar mais, descobrir novas fórmulas de aproximação.

Empreendimentos comuns podem ser bem sucedidos, como já demonstrado. Mas há ainda muito a fazer.

Precisamos amiudar contactos no mais alto nível.

Nossa convivência regional deve ser exemplar.

Senhor Presidente,

Porque temos confiança na justiça dos nossos ideais, poderemos superar as atuais equações internacionais de poder.

Porque confiamos na força de nossa ética, devemos ativar e aprimorar as nossas formas de atuação no plano mundial.

Não temos pretensões exageradas, nem lições a dar. Temos, sim, a decisão de participar ativamente num quadro mundial que afeta em profundidade cada um de nós.

Não preciso lembrar o papel histórico da América Latina no diagnóstico do desequilíbrio do sistema econômico internacional e na proposta para a sua reordenação. Chocante, hoje, é só a escassa repercussão desse esforço.

Chocante, da mesma forma, é o neoprotecionismo dos países industrializados. Trata-se de modalidade nova e sutil — mas não menos efetiva — de coibir a presença dos países em desenvolvimento na economia internacional.

Entendo essa situação como desafios novos à nossa imaginação. Queremos compartilhar nossas preocupações com a Venezuela e os outros países latino-americanos. Desejamos aprofundar o exame, nos foros apropriados, de alternativas e de soluções. Sabendo, porém, que uma das principais, entre elas, é a determinação comum dos países em desenvolvimento de criarem estruturas e processos autônomos de aproximação.

No quadro dos problemas contemporâneos e do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, não devo deixar de referir-me à questão da energia. Seus efeitos são inegavelmente dramáticos, sobretudo para um país das dimensões do Brasil.

A análise serena e equilibrada de suas causas e consequências põe em relevo, entretanto, as numerosas oportunidades de intercâmbio comercial e financeiro, abertas aos países em desenvolvimento.

Diferenças de potencial econômico e tecnológico, ou de recursos naturais, podem e devem ser exploradas em benefício da solidariedade fundamental dos países em desenvolvimento. Sem limites rígidos, ou fórmulas pré-concebidas. Mas como atitude nova, passível de gerar ganhos importantes a todos nós.

No quadro da crise energética, o Brasil optou por soluções novas e permanentes, a partir de fontes renováveis. Nessa área, abrimo-nos, desde logo, à cooperação com os demais países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Considero a política internacional de nossos dias à luz de seus vícios de origem.

A paz mundial assenta em formas precárias de equilíbrio de poder.

Continuamente, criam-se obstáculos à participação dos povos em desenvolvimento no processo decisório de assuntos de seu interesse.

Nesse processo, cristalizam-se mecanismos impeditivos da decisão ampla e aberta, ou se abandonam as considerações éticas fundamentais.

Aquelas mesmas decisões sustentam-se pelo poder, com o fim de manter as suas estruturas. Assim, o ideal de relações entre Estados iguais transforma-se em pobre utopia.

Conseqüentemente, persistem zonas de tensões, em diversos pontos do Mundo. A operação dos mecanismos globais de poder tende, por sua vez, a agravar as crises e a entorpecer nossa busca de novos padrões de convivência mais solidária.

As relações entre as nações devem ser amplas e sem preconceitos. Devem basear-se invariavelmente nos princípios da não-intervenção e do respeito mútuo.

Senhor Presidente,

Registro com satisfação especial, por todas essas razões, o esforço de cooperação, cada vez mais abrangente e variado, entre o Brasil e a Venezuela.

Fruto e espelho da decisão renovadora e transformadora de nossos povos, nosso intercâmbio comercial atingiu, no ano passado, o nível mais alto de sua história. Sendo um dos mais expressivos de toda a ALALC, está longe, contudo, de esgotar seu potencial, seja em volume, seja em diversidade.

Nesse contexto, assinalo, com especial agrado, a intensificação das vendas de petróleo venezuelano ao Brasil, invertendo-se, assim, as tendências dos últimos anos.

No campo da ciência e da tecnologia, estamos dispostos à cooperação em amplitude pioneira e modelar entre nações em estágio similar de desenvolvimento. Pois entendo que os países latino-americanos podem encontrar, eles próprios, as soluções de seus problemas.

Nossas relações culturais devem também acompanhar o ritmo acelerado dos demais entendimentos bilaterais, com iniciativas que contribuam para o conhecimento recíproco dos valores humanos e culturais de brasileiros e venezuelanos.

O imenso desafio da Amazônia é outro denominador comum a unir o Brasil, a Venezuela e os demais países participantes do Tratado e Cooperação Amazônica. A dimensão do problema, longe de nos intimidar, estimulou-nos a colaborar com afinco no desenvolvimento regional, com vistas à humanização crescente das áreas amazônicas nacionais.

Na Amazônia, o urgente desafio é criar as tecnologias de produção e de saúde, próprias a conciliar o desenvolvimento e o bem-estar das populações locais com o equilíbrio ecológico da região.

Essa responsabilidade, eu a considero nossa. Dos países Amazônicos. Irrenunciável e indelegível.

A firmeza de nossa determinação, nesse particular, tem sido historicamente proporcional à magnitude das dificuldades. Aí estão os milhares de quilômetros de rodovias, ligando o extremo-sul do Brasil a esta acolhedora Caracas. Para trás, ficaram transpostos os rios caudalosos, a densa floresta, os terrenos difíceis e as altas serranias.

Nesse processo, aprendemos a reunir capital e a somar o nosso trabalho. E criamos técnicas genuinamente

sul-americanas, para vencer os grandes obstáculos do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Venezuela são países marcados pelo dinamismo. Nossa vontade de participar nos negócios do mundo — como latino-americanos e como individualidade nacionais — requer relações internacionais claras, democráticas e legítimas.

No plano interno, o Brasil vive uma intensa fase de construção. Evoluir politicamente, criar e distribuir riqueza numa quadra especificamente difícil da conjuntura internacional não é fácil tarefa. Exige de nós, brasileiros, sacrifícios enormes, a par da limpida visão para criar soluções eficientes.

Promovemos a democratização política, em completa sintonia com os anseios maiores da nação brasileira. As articulações políticas se renovam. Os canais de informação, acesso e participação estão abertos. A liberdade amplia-se em todas as suas dimensões, no cotidiano. O país ganha riqueza política. E ganha confiança.

As dificuldades desse processo não nos fecham para o mundo exterior. Ao contrário. A política externa de meu Governo está centrada no ideal do universalismo.

Mais do que alternativa formal, o universalismo é filosofia de convivência. Baseia-se no respeito mútuo, na liberdade de encontros, e na busca de benefícios comuns. Em sua prática, está a essência de uma ordem internacional efetivamente justa e democrática.

Senhor Presidente,

Como o Brasil, a Venezuela é um país em permanente renovação. Seu dinamismo reflete a valorização dos melhores ideais latino-americanos.

O Brasil comprehende perfeitamente a força do exemplo venezuelano em tantas vertentes do convívio nacional e internacional. A aproximação entre nossos países, para a qual temos a honra de contribuir pessoalmente, é imposição da História.

Não podemos faltar ao desafio dos dias de hoje. Vamos cimentar nosso convívio. É o que os nossos povos esperam de nós, neste momento.

Com essas palavras, permita-me, Senhor Presidente e prezado amigo, convidar os presentes a erguerem suas taças pela prosperidade da Venezuela, pela felicidade de seu povo, pela intensificação equilibrada das relações entre nossos dois países e pela saúde de Vossa Excelência e da Senhora de Herrera Campins.

07 DE NOVEMBRO
PALÁCIO MUNICIPAL
CARACAS — VENEZUELA

DISCURSO DA PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CARACAS, SENHORA ADELA ABBO DE CALVANI, POR OCASIÃO DA ENTREGA DAS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

O ilustre Conselho Municipal da cidade de Caracas sente-se honrado em receber e saudar em Vossa Excelência a grande Nação brasileira.

Ao acolhê-lo neste Palácio Municipal, com ares de tradição, lutas e vitórias, queremos demonstrar-lhe nossa fé na fraternidade latino-americana. Estamos convencidos de que os povos da América Latina devem ter sentimentos não somente em razão de nossa geografia, de nossa afinidade étnica e social e de muitas tradições comuns, mas também especialmente em razão de uma história que fizemos em conjunto.

Esta história que nos fez irmãos, misturando o sangue de índios, brancos e negros, em uma simbiose harmônica e integrada como em poucos lugares da terra, apresenta-nos hoje novos desafios e exige-nos novos empreendimentos.

Vivemos uma época de convulsões, de evolução tão rápida como vertiginosa que, freqüência, causa-nos ofuscamento, distorção e desequilíbrios. É talvez o final de uma época em que se prepara o nascer de uma nova era.

A nós cabe recolher os frutos deste século para depurá-los, filtrá-los e transmiti-los revigorados às gerações futuras.

Recebemos a pujança, a língua e a fé cristã do branco. Nós a combinamos com a astúcia, a tranqüilidade e a mansidão dos índios. Completamos a síntese com a operosidade, o espírito musical e festivo dos negros. Numerosas e diversas migrações européias acrescentaram nova vitalidade à raça indo-afro-americana.

As lutas emancipadoras da América Latina tiveram, mais de uma vez, pontos de convergência e façanhas heróicas irmanadas no tempo, nos ideais e até nos heróis. Alguns de nossos visionários, de nossos próceres, de nossos sábios, de nossos artistas, deixaram sua marca emancipadora, redentora e culturizadora em vários países da América.

Não é, pois, ilusão falar de unidade na heterogeneidade, de integração na pluralidade, de solidariedade na diversidade dos povos deste nosso continente.

O Conselho Municipal do Distrito Federal, como os do restante do país, é filho da tradição hispânica. Foi preocupação primordial dos conquistadores nomear prefeitos e administradores nos primeiros atos da conquista. Instalaram-se os primeiros corpos de vereadores «em pobres casas, sob cobertura de palha vegetal nativa», disse o apreciado historiador Mario Briceño Iragorry.

«Porém, a instituição» — continua o mesmo autor — «tem a força mágica de voltar-se sobre si mesma em busca de suas raízes tradicionais. Começou a caminhar e já não era um corpo criado mecanicamente pelo Governador. Sentiu que seu impulso não provinha do arbitrio da autoridade, mas sim da torrente da história que, desde as escarpas da Espanha, havia se lançado ao mar para dar maior âmbito à sua curva imortal... Nasceu a corporação com a robustez que lhe transmitia a consciência deliberativa do espanhol».

«Os primeiros conquistadores trouxeram para o Mundo Novo um tradicional amor de liberdade e um espírito de vigorosa autonomia local que dava formosas esperanças de robustecer-se no território conquistado e colonizado», assinala Herbert Ingan Priestley.

Efetivamente, na Corporação «acha o crioulo fácil reduto onde guarnecer e nutrir seu espírito de autonomia, que naquele momento de nosso processo histórico polariza a própria autonomia da nacionalidade em flor... O Conselho Municipal foi concebido como a própria garantia do povo e como o lugar onde se discutia a importância de suas necessidades domésticas». Mais ainda, comprovou-se «como foi vivaz entre nós o espírito municipal, servindo de escola aos homens que iniciaram o movimento emancipador... É uma verdade demasiadamente sabida que os Conselhos Municipais são a primeira escola do direito representativo».

Através dos contraditórios vaivéns de nossa história, as Corporações tiveram sempre uma grande importância no trabalho da vida venezuelana. Foi precisamente a partir de uma Corporação que se lançou o primeiro grito de independência, o 19 de abril de 1810.

Permito-me, Senhor Presidente, apresentar estas pinzeladas históricas sobre o Conselho Municipal porque nelas se baseia a força deste Conselho Municipal de Caracas.

«É uma instituição que existe não somente por sua raíz popular mas também que está assegurada por uma tradição mais que quatrocentenária no solo americano».

Os Conselheiros de hoje sentimos toda a responsabilidade que nos incumbe como representantes de um povo em vias de desenvolvimento, com uma grave problemática, mas também com grandes esperanças.

Creemos na capacidade do povo em buscar seu próprio destino, para desenvolver suas potencialidades e para lutar por uma vida justa e humana.

Porém cremos também que é somente à luz de valores transcendentais que se pode atingir a perfeição humana e melhor utilização dos recursos materiais que o Supremo Criador brinda, de mãos cheias, a nossos países.

Por isto, sentimos nossa responsabilidade e estamos na busca de novos rumos. O momento histórico do presente exige-nos um passo adiante no exercício de nossa democracia.

Falamos hoje de um espírito de participação que permite a cada cidadão tomar consciência de suas potencialidades e contribuir com seu próprio esforço para a construção de sua pequena e grande comunidade.

Falamos também da necessidade de união, de organização social, através das Associações de vizinhos, de sociedades e organizações intermediárias que contribuam para a análise de seus problemas, assim como também

para a solução dos mesmos. É a democracia participativa pela qual um povo consciente tome parte nas decisões que lhe concernem, através os canais e mecanismos que formam uma estrutura de participação, que assegura um trabalho conjunto entre Povo e Governo.

Sabemos que é uma tarefa árdua, porém partimos da fé na pessoa humana capaz de superar-se, de concentrar-se em um trabalho sério e disciplinado e de atingir, com consciência e responsabilidade, a transformação de estruturas sociais que requeiram uma constante revisão.

É nossa experiência, estes são nossos desejos, Senhor Presidente.

Se os apresentamos como um irmão oferece ao outro os presentes de sua vida, com toda humildade, porém com a convicção de que todos estamos lutando por uma mesma causa e de que devemos estender as mãos para construir um mundo melhor, em paz, em liberdade, com solidariedade.

Creamos que Vossa Excelência, Senhor Presidente, está também na busca de novos rumos, com um espírito de amplitude, de renovação, de resposta a um povo que espera e quer oferecer sua colaboração no processo de desenvolvimento de sua vida.

Nossa crença e nosso otimismo fundamentam-se na prova de fé que Vossa Excelência oferece ao abrir as portas da casa paterna a numerosos exilados dispersos em terras estranhas.

Nós lhe desejamos o maior êxito para que os povos da América possamos alcançar paulatinamente, cada um com suas características próprias, porém com passo fir-

me e seguro, um desenvolvimento construído na paz, na justiça e na liberdade, fruto da solidariedade e integração da América Latina.

Ao declarar-lhe hóspede de honra desta cidade de Caracas e fazer-lhe a entrega das chaves da cidade, apresento-lhe as saudações do Conselho Municipal e dos Conselheiros, do povo de Caracas e da Venezuela, que recebe ao povo irmão formulando votos para que todos sigamos lutando por uma América Latina solidária, livre e integrada no desenvolvimento do homem e de todos os homens.

07 DE NOVEMBRO
PALÁCIO MUNICIPAL
CARACAS — VENEZUELA
DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES
SIMBÓLICAS DA CIDADE

Senhoras e Senhores:

É com especial agrado que recebo a distinção de Hóspede de Honra de Caracas, desta heróica cidade de Santiago de León de Los Caracas, uma das mais antigas capitais do Continente.

Na memória de todos nós latino-americanos, Caracas está presente como o cenário do gesto iniciador do longo e audaz processo das nossas independências, e é por todos nós admirada como o berço do libertador Simón Bolívar.

Com igual emoção recebo as chaves desta bela cidade.

Sou-lhe muito grato, Senhora Adela de Calvani, pelas generosas palavras com que me saudou. Particular satisfação encontro também em que os atos com que me honra o ilustre Conselho Municipal do Distrito Federal da Venezuela ocorram neste recinto.

Além da oportunidade de visitar um dos marcos arquitetônicos mais expressivos de Caracas, a vinda a esta Casa trouxe-me bem perto, em evocação, daquele gesto de independência latino-americana a que aludi há pouco. Foi nas imediações deste prédio que, a 19 de abril de 1810, o Cabildo de Caracas, de cujo espírito de luta este ilustre Conselho é herdeiro, fez saber ao Mundo que uma nova nacionalidade surgia na América Latina.

Mas Caracas não é só história. A antiga «Cidade dos Telhados Vermelhos» cresceu em harmonia com o passar dos tempos, e hoje é uma das metrópoles mais dinâmicas e modernas das Américas.

A capacidade de estar sempre na primeira linha da época que passa, aberta a todo tipo de idéias, parece-me a principal característica de Caracas. Graças a isso esta cidade tem podido atuar como um crisol de idéias no Continente. Graças também ao espírito generoso e hospitalero de sua população, Caracas tem sabido ser lar e refúgio para estrangeiros de todas as procedências.

Para o Brasil, hoje, Caracas é antes de mais nada o coração e a cabeça trepidante desta Venezuela, à qual nos ligam com vigor a história e a geografia.

Vizinhos sem problemas entre nós — e certamente nunca os teremos — a mútua descoberta das nossas grandes cidades é outro dos tantos estímulos ao bom entendimento entre os nossos dois povos.

Nenhum brasileiro pode hoje ignorar Caracas como um dos principais centros da política, da economia e da cultura da América do Sul. E só podemos regozijar-nos com isso.

Minha visita a Caracas é prova adicional de como os nossos dois povos vão-se dando conta das vastas pos-

sibilidades de cooperação. A acolhida cordial e honrosa que me dispensou este ilustre Conselho Municipal testemunha o trabalho diário de convivência e compreensão de nossos homens de Estado, no sentido de fortalecer e fazer frutificar o descobrimento de tantos pontos de união e entendimento mútuos.

Como brasileiro, e como Hóspede de Honra de Caracas, alegro-me duplamente com esses fatos.

Muito obrigado.

07 DE NOVEMBRO
CLUBE DA CÂMARA DE COMÉRCIO
CARACAS — VENEZUELA

DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO VENEZUELANO DA INDÚSTRIA, SENHOR ROBERTO SALAS CAPRILES, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL VENEZUELANA AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Em 1815, em sua célebre Carta da Jamaica, dizia nosso libertador Simón Bolívar, o seguinte:

«É uma idéia grandiosa pretender de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que têm uma origem, uma língua, costumes e uma religião, deveriam, por conseguinte, ter um mesmo Governo que confederasse os diferentes Estados que haviam de se formar. Mas não é possível porque climas remotos, interesses opositos, características dessemelhantes dividem a América.»

Se complementarmos esta frase com aquela que pronunciou em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá, na qual expressava «só a união dos povos latino-americanos os fará fortes e respeitáveis ante as demais nações», teremos a visão e a concepção bolivariana do

futuro de nossos países. Simón Bolívar, com essa intuição própria dos gênios, adianta-se mais de 150 anos à sua época e mostra-nos os laços que nos unem, assinalando as dificuldades que temos, orienta-nos no caminho que devemos percorrer e indica-nos as metas e os objetivos da verdadeira integração latino-americana.

Este ano que hoje os empresários venezuelanos oferecem ao Senhor Presidente do Brasil, General João Baptista Figueiredo, tem um profundo significado e uma extraordinária projeção. Expressa, em primeiro lugar, a natural e crescente amizade dos povos brasileiro e venezuelano, assim como estimula a aproximação, em todos os setores, entre dois países vizinhos. Porém, esse significado e essa projeção deriva de um novo enfoque na forma de orientar as relações internacionais, de uma moderna concepção na maneira de trabalhar pela integração latino-americana.

Já se tornou um costume neste dinâmico mundo em que vivemos as visitas dos Chefes-de-Estado a outros países. Nessas visitas, os Presidentes estão sempre acompanhados por alguns representantes do setor privado. Nesta visita, o Presidente Figueiredo está acompanhado não de alguns mas sim de mais de 10 empresários brasileiros e, simultaneamente, o Brasil propiciou jornadas como as que estamos celebrando entre empresários brasileiros e empresários venezuelanos, com o objetivo de fixar as bases e orientações, em termos concretos, de futuras relações e negociações entre nossos países. Estas jornadas constituem, ademais, a expressão do reconhecimento de nossos Governos da necessidade da participação e do diálogo entre o setor público e aqueles que são os agentes do processo de integração, isto é, os empresá-

rios. Esse significado e essa projeção adquire maior relevância quando se observa que é um fato conhecido que a política exterior e a diplomacia brasileira é considerada como uma das mais famosas e melhores do Mundo. A tradição no campo diplomático do Brasil é de antiga data e se fortalece desde o princípio do século XX, ao estabelecer seus fundamentos esse extraordinário Chan-celer que foi o Barão do Rio Branco.

Dizem que os latinos-americanos e, em especial os empresários latino-americanos, têm um entusiasmo dialético pela causa da integração, porém uma hesitação pragmática a ela. Esta frase, desgraçadamente, tem muito de verdade, porém esta jornada que estamos celebrando nos indica que se está operando uma modificação nessa atitude e constitue uma autêntica demonstração de que os empresários latino-americanos assumiram a responsabilidade que lhes corresponde no processo de integração de nossos países.

Há apenas duas semanas nós celebramos em nosso país um evento enquadrado dentro dos mesmos critérios e orientações expostos anteriormente: a reunião da Confederação Andina de Industriais — Comandina. A nosso país correspondeu a honra de ocupar a presidência e ser a primeira sede da Confederação. Nessa reunião, da qual participaram mais de 150 empresários industriais andinos, chegou-se a importantes conclusões, que expressam o pensamento comum dos industriais da sub-região, em temas tão importantes como a tarifa internacional comum, os requisitos de origem e os programas setoriais de desenvolvimento industrial. Destacou-se a extraordinária importância que tem para o futuro de nossos países a atuação externa conjunta nos mercados

internacionais, principalmente os Estados Unidos, e o Mercado Comum Europeu, para obter condições mais favoráveis que obteriam cada um dos países atuando individual e isoladamente.

O Pacto Andino, nascido no marco do Tratado de Montevideu, é uma consequência das discrepâncias que existiam, e que continuam existindo, nos níveis de desenvolvimento dos países que integram a ALALC. Essas discrepâncias entravaram as negociações entre os países de maior, os de médio e menor desenvolvimento econômico. O Pacto Andino vem a significar um equilíbrio das forças dentro da ALALC. Na medida em que se consolide o processo de integração sub-regional, na mesma medida será mais factível a ampla integração latino-americana.

Além das possibilidades de negociações entre o Brasil e o Pacto Andino, o fato de serem o Brasil e a Venezuela dois países vizinhos, com uma extensa fronteira, não somente abre novos horizontes no campo das relações, mas também impõe a necessidade de empreender um conjunto de ações que redundem em benefício comum de nossos países.

Na área de fronteira, Brasil e Venezuela podem desenvolver economias complementares, que podem chegar a ter uma enorme importância. Muitas cidades e povos brasileiros estão mais próximos de cidades industriais venezuelanas do que das próprias cidades industriais brasileiras. Esta circunstância pode incentivar o intercâmbio comercial e industrial, tendo-se em vista as dificuldades do fator transporte.

Somente a menção das áreas abrangidas nesta jornada de trabalho: construção, metalúrgica e siderúrgica,

agrícola, pecuária, agroindustrial, financeira, comércio e serviços, nos estão assinalando as enormes possibilidades de complementação e de cooperação que existem entre Brasil e Venezuela. Consideramos que esses esforços comuns não devem concentrar-se unicamente nas grandes empresas industriais, pois estamos firmemente convencidos de que na área da pequena e média indústrias há um campo muito grande de cooperação que merece ser explorado e estimulado.

O Brasil e a Venezuela têm problemas comuns. A diferença baseia-se unicamente na ordem de magnitude, de escala, devido ao tamanho diferente que têm nossos países. A necessidade de atender às necessidades de emprego de uma população que está crescendo a uma taxa de crescimento superior a 3% por ano, os problemas de marginalidade, de educação, de recursos humanos, de analfabetismo, de desenvolvimento tecnológico, são muito semelhantes em nossos países. Para completar o quadro, o problema da inflação, de que por tanto tempo padeceu o Brasil, apareceu também na Venezuela nos últimos anos.

Em muitas destas áreas deveria ser incrementada a cooperação que existe até o presente. Especialmente na área tecnológica. Em torno da tecnologia houve sempre uma série de tabus e de mitos. Um deles é que os países tropicais não estão capacitados para enfrentar o desenvolvimento tecnológico. Diz-se, com razão, que não existe subdesenvolvimento econômico, que o que verdadeiramente existe é subdesenvolvimento tecnológico. A tecnologia está presente na distribuição das cotas de poder político no âmbito internacional. A tecnologia é a

nova variável que limita e restringe a liberdade de ação e, sobretudo, de decisão dos países.

Nossos países estão vencendo «o complexo do medo» que é conseqüência do pensar que a tecnologia é algo que está fora de nosso alcance e que ela pode ser desenvolvida unicamente pelos países chamados industrializados. Inovação tecnológica é não somente fazer coisas novas como também encontrar novas maneiras de se fazer coisas que já foram feitas. Concebida nessa forma, a criação, a inovação e a adaptação tecnológica pode ser desenvolvida não somente pelas grandes, mas também pelas médias e pequenas indústrias de nossos países.

A balança comercial tecnológica, isto é, a diferença entre o que compra e o que vende cada país em tecnologia, é deficitária tanto no Brasil quanto na Venezuela. As cifras desses déficits são da ordem de bilhões de dólares, incluindo nela a tecnologia que vem incorporada nos bens de capital, a qual se pode estimar em torno de 25% do valor delas. Com a agravante para a Venezuela que é um comprador absoluto de tecnologia, isto é, compra mas não vende, no Brasil as cifras por conta da venda de tecnologia alcançam na atualidade várias centenas de milhões de dólares.

No aspecto tecnológico, o Brasil atingiu recentemente apreciáveis progressos. Tanto nos aspectos de negociações para a aquisição de tecnologia como nos de inovação e adaptação tecnológica — no que poderíamos chamar «a tropicalização» da tecnologia — que nesta área existem enormes possibilidades de cooperação e de importantes negociações.

Todas estas possibilidades de negociação e de ações conjuntas, para que sejam convenientes e duradouras,

devem levar em conta nossas realidades nacionais, assim como resultar benéficas e eqüitativas para todas as partes envolvidas. Neste caso, as partes não são somente as empresas brasileiras e venezuelanas, mas fundamentalmente nossos próprios países. A integração deve estar orientada para o ganho de nossas independências econômicas e não para acentuar a dependência, qualquer que seja a origem dessa dependência. Existe em nossos povos uma resistência anímica a continuar sendo dependentes. A integração deverá ser fundamentalmente obra dos próprios países latino-americanos. Para o melhoramento do nível de vida e o desenvolvimento sócio-econômico de nossos povos. Para o bem e o benefício de nossos países. Não podemos permitir que os verdadeiros beneficiários da integração sejam as empresas transnacionais.

Senhor Presidente Figueiredo,

Receba Vossa Excelênciia, em nome de todos os empresários venezuelanos, nosso testemunho da alegria e satisfação por tê-lo como hóspede de honra na Venezuela. Esta homenagem que hoje lhe prestamos é extensiva aos membros de sua comitiva e a todo o povo brasileiro.

Concluo estas palavras com uma estrofe de nosso Hino Nacional, o «Glória ao Bravo Povo», no qual nosso País expressa sua aspiração, seu sentimento e sua esperança de uma América Latina verdadeiramente integrada:

«Unida con lazos
Que el cielo formó
La América toda
Existe en nación.»

07 DE NOVEMBRO
CLUBE DA CÂMARA DE COMÉRCIO
CARACAS — VENEZUELA
DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL
VENEZUELANA

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É com a satisfação de ver unidos em torno da mesma meta os setores privados dos nossos dois países, que saúdo os participantes deste Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela.

Desejo agradecer, de início, as palavras cordiais que me dirigiu o Doutor Cyro Añez Fonseca, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria — FEDECAMARAS. Agradeço, também, a exposição feita, a seguir, pelo Doutor Roberto Sales Capriles, Presidente do Conselho Nacional de Indústrias.

Para mim, este Encontro simboliza o dinamismo das relações econômicas e comerciais entre nossos países.

Atualmente, na área da ALALC, o Brasil ocupa o primeiro lugar no intercâmbio comercial da Venezuela.

O valor global do nosso comércio, nos dois sentidos, já se aproxima da cifra de 500 milhões de dólares

anuais. Mas o ritmo acelerado das duas economias, e sua evidente complementaridade, comprovam quão longe estamos de haver esgotado as possibilidades de crescimento.

O intercâmbio de manufaturados adquire dimensões modernas, como é o caso dos produtos complementares das duas indústrias siderúrgicas.

No comércio de petróleo, invertemos a tendência declinante. Dos 50 mil barris diários, fixados em contratos recentes, esperamos atingir, em futuro próximo, a meta de 100 mil barris. Para esse fim, está assegurada a cooperação entre as empresas petroliferas estatais dos dois países.

Outro capítulo significativo do nosso relacionamento econômico é a associação de capitais e tecnologia brasileiros e venezuelanos na construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do Mundo, em território venezuelano. Essa realização demonstra a viabilidade de pôr a serviço do desenvolvimento, consórcios genuinamente latino-americanos, dotados de tecnologia adequada, em particular, às nossas peculiaridades.

Merce referência, também, a inauguração de agências do Banco do Brasil em Caracas e do Banco Unión em São Paulo. Como esperávamos, já se notam os efeitos salutares da ligação bancária entre as praças brasileiras e venezuelanas, sem intermediação de terceiros.

Senhores Empresários,

O impulso para a cooperação está dado. As obras do trabalho comum são visíveis, e importantes. Mas, ainda temos muito terreno a percorrer juntos.

O caminho da cooperação é um esforço de vontade, e uma opção. Devemos escolher essa trilha e mobilizar recursos para a cooperação. Nisto, o papel dos governantes, representantes da vocação histórica de nossos povos, é exatamente o de criar as bases e as facilidades da convivência.

A dimensão política e diplomática lastreada em diálogo constante, aberto, franco, é a vanguarda para outros encontros, no âmbito da empresa privada, na ciência, na tecnologia e na cultura.

Vivemos uma realidade continental extraordinariamente mutável. Plena de oportunidades. Na década que se inicia, o tema maior será sem dúvida o da integração. Registro, com felicidade, que o Brasil e a Venezuela estão dispostos ao trabalho em comum, nessa área.

Não devemos propor-nos obra mediocre. Devemos combinar, como Bolívar, sonho e realismo. Empresa difícil, mas não impossível, em face da nossa maturidade para bem definir o que pretendemos.

Desejo dar aqui ênfase especial à aproximação do Brasil com os países do Grupo Andino. Esse acercamento já estava presente na mensagem com que me associei às celebrações do 10º aniversário do Acordo de Cartagena.

Ganhou impulso adicional, agora, com o mandato dos representantes andinos, reunidos no Panamá, e com a Ata de Brasília, que assinei em 16 de outubro com o Presidente Morales-Bermúdez, do Peru, quando de sua visita oficial ao meu País.

As próximas importantes etapas nesse desenvolvimento de colaboração e entendimento serão, de um lado, a abertura do diálogo sistemático e certamente fe-

cundo entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, que está sendo criado.

De outro lado, esperamos com vivo interesse a visita ao Brasil ainda em novembro corrente, dos membros da Junta do Acordo de Cartagena, para exame das formas possíveis de coordenação brasileiro-andina.

Um segundo dado importante é o da inter-relação das formas de integração. Os quadros bilaterais devem enriquecer e fertilizar os mecanismos multilaterais; e vice-versa. As formas sub-regionais de integração devem ser respeitadas em sua dinâmica, para poderem alimentar os quadros mais amplos. O diálogo político deve ter presentes suas potencialidades econômicas. Da mesma forma, a descoberta de oportunidades de cooperação econômica deve propiciar, ainda mais, o diálogo político.

É preciso que os empresários dialoguem com consciência. E saibam acertar, com equilíbrio, os mecanismos de cooperação para dinamizar nossas economias.

É preciso que a comunidade científica se encontre para um rico intercâmbio de experiências. As soluções próprias da América Latina, em ciência e tecnologia, são até por definição muito mais adequadas ao desenvolvimento dos nossos países.

Será mais ágil e mais real a integração sustentada por um conhecimento das diversidades culturais e da unidade de problemas.

É preciso, portanto, que os intelectuais — historiadores, sociólogos, literatos, economistas — debatam mais ampla e profundamente nossa história comum e os dilemas e desafios do nosso futuro.

E se pouco tivermos feito até hoje, nesses campos, não estou desestimulado para o esforço. Estes dias de Venezuela já me deram a certeza de que o diálogo é a base genuína para que tenhamos êxito.

Senhores Empresários,

Reitero o meu compromisso de, à frente do governo do Brasil, buscar a unidade latino-americana, respeitando as individualidades nacionais, que tanto e tão bem caracterizam nossos países. A diplomacia brasileira está no rumo dessa unidade.

Contudo, é a ação empresarial o instrumento indispensável à consecução desse objetivo. Conclamo-os a manter o espírito construtivo, alma deste Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento.

A contribuição decidida do empresariado ao fortalecimento dos vínculos entre o Brasil e a Venezuela é penhor do nosso sucesso na procura, por todos os meios a nosso alcance, da felicidade de nossas populações.

Com estas palavras, desejo-lhes todo o êxito nas liberações do Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela.

Muito obrigado.

07 DE NOVEMBRO
SALÃO VUELVA CARAS DO CÍRCU-
LO DAS FORÇAS ARMADAS
CARACAS — VENEZUELA
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR
HERRERA CAMPÍNS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Venezuela,
Herrera Campíns:

Minhas primeiras palavras, nesta noite de amizade e entendimento, são para expressar a alegria com que minha mulher, eu próprio e os membros de minha comitiva, recebemos Vossa Excelência, Senhor Presidente, a Senhora de Herrera Campíns e tantos e tão eminentes representantes outros da gente venezuelana.

Visitar esta acolhedora cidade de Caracas foi motivo de alta honra para todos nós. Deu-me oportunidade para conviver com este admirável povo da Venezuela, ao qual o Brasil está unido por laços da mais fraterna amizade.

Conhecer pessoalmente Vossa Excelência e a Senhora de Herrera Campíns foi outra razão de especial contentamento para minha mulher e para mim.

Já sabíamos de seus dotes de estadista e da direção firme e lúcida que Vossa Excelência imprime aos cami-

nhos venezuelanos de prosperidade e desenvolvimento, em todas as suas dimensões. Tínhamos notícia de sua vocação enraizadaadamente latino-americana, e de sua disposição de impulsionar um processo de aproximação crescente com o Brasil.

Na melhor tradição venezuelana, senti aqui, vivos e fortes, os ideais bolivarianos, inspiração permanente das grandes realizações latino-americanas.

As relações entre o Brasil e a Venezuela já atingiram um alto nível de maturidade. Em nossos encontros, ficou claro o enorme potencial de cooperação ainda aberto.

Alguns dos documentos hoje assinados dão mostra evidente da nossa facilidade em converter os mandamentos da unidade latino-americana em atos concretos de cooperação, em benefício de nossos povos. A aproximação entre brasileiros e venezuelanos é profunda e real. Será definitiva na medida em que beneficie a cada um de nossos povos.

Não quero, porém, que a minha viagem venha a caracterizar-se somente pelo já feito. Em meus encontros com Vossa Excelência estivemos permanentemente voltados para o futuro. Fizemos a semeadura. Melhores e maiores frutos haverão de ser colhidos.

A importância do que alcançarmos, brasileiros e venezuelanos, no plano bilateral, não deve diminuir o escopo de nossas preocupações regionais. Acredito firmemente que as modalidades de cooperação bilateral ganham mais sentido quando fiéis ao espírito de integração e de unidade latino-americanas.

Neste contexto, a Venezuela e o Brasil coincidem em muitíssimos pontos. Ambos os países, por exemplo, con-

sideram a criação de mecanismos eficientes e equilibrados para a integração como o ponto focal da agenda política latino-americana da próxima década.

Devemos ser inovadores. Devemos criar. Essas são obrigações essenciais à diplomacia latino-americana. Não escaparemos de nossos quadros limitados, se não tivermos capacidade de basear nossos destinos em doutrina própria.

O Brasil e a Venezuela coincidem também em muitas questões internacionais. Estou certo de que essas coincidências não nascem por acaso, mas de uma profunda identidade de ideais e visões do Mundo.

A Venezuela e o Brasil são países dispostos a desenvolver-se.

Têm compromisso com o futuro. Não alimentam falsas idéias de hegemonia ou dominação.

Trabalhamos para criar condições dignas de vida e de participação para os nossos povos. E, no plano internacional, pelo estabelecimento de bases eficazes e duradouras de paz e de estruturas econômicas justas e equitativas.

Senhor Presidente,

Como mais uma demonstração do espírito que anima minha visita ao seu país e como prova adicional do reconhecimento de seus dotes pessoais e de estadista e do muito que já fez em prol do desenvolvimento de nossas nações, permita-me Vossa Excelência impor-lhe, neste momento, as insignias do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que lhe outorga o Governo da República Federativa do Brasil.

Permita-me, agora, Senhor Presidente, elevar minha taça e brindar à prosperidade do povo venezuelano, à paz, à harmonia, ao desenvolvimento das nações irmãs da América Latina, à intensificação e ampliação das relações entre a Venezuela e o Brasil e à felicidade pessoal e saúde de Vossa Excelência e da Senhora de Herrera Campíns.

DECLARAÇÃO CONJUNTA VENEZUELANO-BRASILEIRA

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-VENEZUELA, ASSINADA EM CARACAS, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1979, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E LUIS HERRERA CAMPÍNS

A convite do Senhor Presidente da República da Venezuela, Luis Herrera Campíns, o Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, acompanhado de sua esposa, Senhora Dulce Maria de Castro Figueiredo, realizou visita oficial à Venezuela no período de 6 a 8 de novembro de 1979.

Durante a visita, os dois Chefes de Estado mantiveram conversações sobre os temas da atualidade internacional de interesse especial para os dois países.

Concentraram sua atenção no exame da realidade da América Latina e sublinharam a necessidade de preservar a paz na região e de promover, entre as nações latino-americanas, ampla e eficaz cooperação.

Analisaram detidamente a evolução das relações entre o Brasil e a Venezuela.

O Presidente da República Federativa do Brasil fez-se acompanhar de Suas Excelências os Senhores:

- Senador Luiz Vianna Filho,
Presidente do Congresso Nacional;
- Deputado Flávio Marcílio,
Presidente da Câmara dos Deputados;
- Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro,
Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Doutor João Camilo Penna,
Ministro de Estado da Indústria e do Comércio;
- General-de-Brigada Danilo Venturini,
Ministro-Chefe do Gabinete Militar
da Presidência da República;
- General-de-Brigada Octávio Aguiar de Medeiros,
Ministro-Chefe do Serviço Nacional
de Informações da Presidência da República;
- Doutor Said Farhat,
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicações
Social da Presidência da República;
- Embaixador David Silveira da Mota,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
do Brasil na Venezuela;
- Embaixador João Hermes Pereira de Araújo,
Chefe do Departamento das Américas
do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,
Chefe do Departamento de Promoção Comercial
do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Jorge Carlos Ribeiro,
Chefe do Cerimonial da Presidência
da República;

Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso,
Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações
Exteriores.

O Presidente Figueiredo visitou o Capitólio Federal, onde se entrevistou com os Doutores Godofredo González e Carlos Canache Mata, Presidente e Vice-Presidente do Congresso da República da Venezuela.

Inspirados pelo espírito de cooperação e entendimento que prevaleceu em suas conversações e animados pelos sentimentos de cordial amizade existentes entre seus povos, os dois Chefes de Estado decidiram subscrever a seguinte

Declaração Conjunta

Ao analisar o estado atual das relações entre o Brasil e a Venezuela, comprovaram, com satisfação, que as mesmas alcançaram alto grau de desenvolvimento. Manifestaram, ao mesmo tempo, sua confiança na ampliação e consolidação da cooperação brasileiro-venezuelana, em todos os campos das relações entre as duas nações, vinculadas não só pela proximidade geográfica, mas também por amizade fraterna e laços comuns históricos e culturais.

Reconheceram que todos os Estados têm direito à sua plena realização no seio da comunidade internacional, com base na igualdade jurídica, no respeito mútuo entre os Estados, no direito à integridade territorial, no fiel cumprimento dos tratados, no respeito aos direitos humanos, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, na exclusão da ameaça ou uso da força nas relações

internacionais, no pluralismo ideológico e na solução pacífica das controvérsias mediante os procedimentos estabelecidos pelo Direito Internacional, em especial a negociação direta entre as Partes. Ao concordar em que tais princípios refletem a determinação de seus povos de alcançar um desenvolvimento integral, independente e soberano, renovaram a decisão de opor-se a todas as formas de dependência e dominação política ou econômica entre Estados.

Ambos os Mandatários reafirmaram sua fé nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, reiteraram o apoio de seus Governos à Organização como principal instrumento para a manutenção da paz e o fortalecimento da segurança internacional, e renovaram seu decidido apoio às negociações destinadas a limitar a corrida armamentista, em especial a nuclear, com vistas a lograr o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional.

Ressaltaram que é necessário intensificar os esforços das Nações Unidas para eliminar todas as formas de colonialismo e discriminação racial, em especial o «apartheid».

Concordaram na necessidade de aprofundar a ação da Organização em prol do progresso econômico, social, cultural, científico e tecnológico dos países em desenvolvimento.

Ao afirmar que a democracia e a justiça social são essenciais para a cabal realização do ser humano, sublinharam a importância dos esforços nacionais para obter o pleno exercício das liberdades fundamentais e o gozo dos direitos humanos. Deram ênfase a que seus Gover-

nos se propõem garantir amplamente, no âmbito de suas jurisdições nacionais, os direitos do indivíduo à alimentação, saúde, moradia, educação e emprego.

Com vistas a proporcionar condições favoráveis ao exercício efetivo do direito de todos os países ao desenvolvimento econômico e social, reiteraram seu propósito de continuar e impulsionar o processo de estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, baseada na eqüidade, na justiça, no bem comum e na cooperação entre os Estados.

Concordaram em que a questão energética tem importância básica para o desenvolvimento econômico e que, na criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, deve ser levada em conta, conjuntamente com outros problemas fundamentais, tais como a situação das matérias primas, o acesso ao mercado dos países desenvolvidos e a questão monetária e financeira internacional.

Ressaltaram, ademais, que a comunidade internacional deve realizar esforços para conter o consumo excessivo de recursos energéticos não-renováveis, desenvolver, ao máximo, fontes alternativas de energia, e compartilhar suas experiências nesse setor.

Convieram em que seus Governos manterão contatos sobre esta matéria, inclusive sobre a situação energética mundial e os meios de superar os problemas existentes.

Reiteraram a necessidade de que os países em desenvolvimento coordenem seus esforços, estabeleçam e ampliem formas de cooperação horizontal e promovam o fortalecimento de sua autoconfiança individual e cole-

tiva, tanto nas relações hemisféricas como em outras áreas do mundo, com o propósito de reiniciar o diálogo Norte-Sul, sobre bases sólidas que permitam alcançar as metas mais urgentes de uma nova ordem internacional, política, social, econômica e tecnológica mais justa.

Ressaltaram a importância fundamental do fortalecimento das capacidades científicas e técnicas dos países em desenvolvimento mediante a criação de mecanismos institucionais apropriados a nível nacional; a cooperação entre países em desenvolvimento no quadro de autoconfiança individual e coletiva e a eliminação daquelas práticas que restringem o acesso dos países em desenvolvimento à ciência e à tecnologia e aos benefícios delas resultantes. Nesse contexto, exortaram a comunidade internacional a realizar esforços tendentes a consolidar e aperfeiçoar os resultados alcançados na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, para a qual tanto contribuíram o Brasil e a Venezuela.

Manifestaram profunda preocupação com o ressurgimento de medidas protecionistas por parte dos países desenvolvidos, que afetam sobretudo as exportações dos países em desenvolvimento.

Concordaram que é necessário, para os países em desenvolvimento, obter um tratamento diferenciado e mais favorável.

Ratificaram, ademais, a importância de continuar os esforços para reestruturar o comércio internacional a fim de obter preços justos e remuneradores para as exportações dos países em desenvolvimento e aumentar o grau de processamento das matérias-primas nos países em desenvolvimento.

Reafirmaram a determinação de seus Governos de contribuir para o fortalecimento da unidade e da solidariedade do Grupo dos 77 com cujas aspirações e objetivos estão plenamente identificados, e manifestaram, em consequência, seu apoio ao estudo de um mecanismo que facilite preparação, coordenação e consolidação dos esforços dos países em desenvolvimento.

Acordaram prosseguir a coordenação entre seus Governos para a adoção na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de uma Convenção, inspirada nos princípios da paz, da justiça e da cooperação entre os Estados, e de promover a criação de uma autoridade para administrar a zona dos fundos marinhos internacionais, patrimônio comum da humanidade.

Os dois Presidentes examinaram a cooperação regional no âmbito latino-americano, e estiveram de acordo na necessidade de prosseguir os esforços comuns para o aperfeiçoamento dos mecanismos da Organização dos Estados Americanos.

Manifestaram que a Declaração de La Paz, aprovada pela IX Assembléia Geral da OEA, contribuirá efetivamente para intensificar a solidariedade interamericana, e para que os povos do Continente conquistem seu desenvolvimento integral nos campos político, econômico e social.

Expressaram seu apoio aos objetivos do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), organismo permanente de coordenação e consulta da América Latina, para aumentar a capacidade de ação conjunta da região no âmbito internacional, e convieram em estimular a participação de seus respectivos países nos mecanismos

operativos do Sistema. A respeito, destacou-se a importância da próxima instalação dos Comitês de Ação do SELA, em especial do Comitê de Ação sobre a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), com sede no Rio de Janeiro, e do qual fazem parte Brasil e Venezuela.

Expressaram satisfação pelo constante avanço do processo de cooperação entre os países amazônicos e ratificaram o apoio de seus Governos ao Tratado de Cooperação Amazônica.

Manifestaram a aspiração de que o Tratado possa, no mais breve prazo possível, constituir-se em elemento valioso para a colaboração em matéria de desenvolvimento e preservação da Amazônia e em instrumento necessário para o estreitamento da amizade entre os países da região.

Reafirmaram que é necessário promover e intensificar o processo de integração latino-americana e concordaram em que a marcha desse processo exige uma dinâmica nova que fortaleça os mecanismos de integração existentes e amplie seu raio de ação e sua projeção.

Com tal finalidade, reiteraram seu apoio ao esforço de reestruturação da ALALC, tendo presente a realidade atual dos países da América Latina e da região como um todo e o objetivo da unidade latino-americana.

Reconheceram a importância dos esquemas de integração sub-regional, tais como o Acordo de Cartagena, o Mercado Comum Centro-Americanano e a Comunidade do Caribe, para a aceleração do processo global de integração latino-americana, num quadro de igualdade e de benefícios mútuos.

Os Presidentes expressaram seu desejo de intensificar as consultas e conversações entre o Grupo Andino e o Brasil, com o objetivo de propiciar maior aproximação brasileiro-andina.

O Presidente Herrera Campíns manifestou seu apoio à gestão cumprida pelo Presidente do Peru, em representação do Grupo Andino, refletida na Ata de Brasília, documento que acolhe a histórica coincidência de vontades para dar início a um proveitoso e sistemático diálogo entre o Grupo Andino e o Brasil, com vistas a impulsionar a unidade latino-americana.

O Presidente Figueiredo fez menção ao convite, que o Brasil aceitou com especial agrado, para que o Chanceler brasileiro se reúna com o Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Sistema de Integração Andina, que se instituirá proximamente. Informou ainda ao Presidente Herrera Campíns do convite do Governo brasileiro à Junta do Acordo de Cartagena para visitar o Brasil no decorrer do mês de novembro, a fim de realizar estudos de cooperação e coordenação entre o Brasil e o Grupo Andino.

Expressaram sua disposição de prosseguir os esforços tendentes a diversificar a cooperação bilateral. Manifestaram seu apoio aos trabalhos da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, instalada por ocasião da visita à Venezuela do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, em julho de 1979, cujos resultados já se podem observar de maneira concreta, na progressiva intensificação em diversos setores das relações bilaterais.

Os dois Presidentes, ao reconhecer o constante incremento do intercâmbio econômico-comercial entre o

Brasil e a Venezuela, constataram a necessidade de empreender esforços adicionais com a finalidade de utilizar plenamente o potencial de crescimento assegurado pela vitalidade das duas economias e por seus aspectos de complementariedade.

Manifestaram sua convicção de que os resultados do «Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela», realizado em Caracas durante a visita entre empresários do Brasil e da Venezuela, para examinar os aspectos relativos ao intercâmbio econômico e comercial entre os dois países, se refletirão de maneira positiva nas relações bilaterais.

Os dois Presidentes sublinharam a importância dos transportes no contexto das relações brasileiro-venezuelanas e apoiaram os esforços empreendidos para regulamentar, mediante acordos bilaterais, o transporte terrestre, marítimo e aéreo entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram a decidida vontade de seus Governos de estreitar os laços de amizade que têm tradicionalmente unido o Brasil e a Venezuela. Verificaram, ademais, que as relações bilaterais se desenvolvem de forma harmoniosa, baseadas no entendimento mútuo e na convivência pacífica entre as nações, como o demonstra, inclusive, a assinatura, durante a visita presidencial, de acordos em diferentes setores da cooperação brasileiro-venezuelana.

Ao reafirmar a importância que os Mandatários atribuem à cooperação no setor petrolífero, expressaram sua satisfação pelo acordo alcançado entre as empresas Petróleo Brasileiro S.A. («PETROBRÁS») e Petróleos de Venezuela S.A. («PDVSA»), para elevar para 50 mil

barris diários as vendas de petróleo venezuelano ao Brasil, e encarregaram as respectivas empresas de tomar as providências necessárias para a pronta execução desse acordo, bem como de manter entendimentos para aumentar posteriormente esses suprimentos e intensificar a busca conjunta de soluções tecnológicas que permitam o manejo, processamento e melhoramento de crus pesados e extrapesados.

Comprometeram-se a estabelecer, no âmbito da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, um Grupo de Trabalho, integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e de Energia e Minas de ambos os países e de suas empresas respectivas para analisar as perspectivas de fomentar o intercâmbio comercial e a cooperação técnica entre os países nos setores petrolífero, petroquímico, mineiro e energético em geral.

No espírito do Memorando de Entendimento sobre a cooperação bilateral com vistas ao desenvolvimento e aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, assinado em 27 de julho de 1979, os Presidentes reafirmaram a conveniência de manter consultas com relação à referida cooperação, de acordo com as necessidades e prioridades de ambos os países e da disponibilidade de recursos naturais, humanos, tecnológicos e de capital de cada um.

Desejosos de dar forma contratual a tal propósito, expressaram a intenção de seu Governo de negociar um acordo de cooperação técnica sobre os usos pacíficos da energia nuclear. Com esse fim, convieram em instruir os organismos nacionais competentes para que iniciem o processo correspondente.

No campo das relações culturais, os dois Presidentes notaram com agrado a assinatura do novo Acordo Cultural que substitui o que está em vigor desde 1942. Ressaltaram o aumento do intercâmbio de estudantes universitários e bolsistas entre os dois países.

Destacaram, igualmente, que as recentes missões e iniciativas culturais contribuíram substancialmente para a aproximação entre ambos os povos e para um maior conhecimento dos respectivos patrimônios culturais.

Reiteraram o compromisso de ambos os Governos de proceder, dentro dos prazos e prioridades fixados nos planos nacionais, ao asfaltamento da rodovia Manaus-Boa Vista-Marco BV 8-Santa Elena de Uairén-El Dorado, a fim de melhorar as condições de transporte entre os dois países.

Os dois Presidentes se congratularam pelo feliz término da demarcação definitiva da fronteira brasileiro-venezuelana em 23 de agosto de 1973, e pela continuidade dos esforços que realizam para densificar a caracterização dessa fronteira através de campanhas anuais da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, dentro do espírito de harmonia e colaboração que sempre caracterizou as relações entre os dois países nesta área.

Os Presidentes expressaram sua confiança de que as conversações, realizadas em ambiente de cordial entendimento, terão um grande significado para a consolidação dos vínculos que têm unido tradicionalmente os povos do Brasil e da Venezuela e contribuirão para vitalizar as relações entre os dois países.

Finalmente, sublinharam que a coincidência de propósitos em aspectos de interesse comum, evidenciada durante a visita, e a convicção de que a realização de ações conjuntas e o desenvolvimento de projetos de mútuo benefício, propiciarão o cumprimento das aspirações de unidade e fraternidade que confirmam o destino comum latino-americano.

O Presidente Figueiredo manifestou seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções que lhe foram dispensadas a ele, a sua esposa e a sua comitiva, durante a grata permanência na Venezuela e estendeu convite ao Presidente Herrera Campíns para visitar oficialmente o Brasil, convite que foi aceito com especial satisfação.

Recebendo e visitando estadistas - 1979

32:35(042.5) R295 v. 1

Tit.: 3186 Ex.: 003003



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO